ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D' ÁGUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NABOR WANDERLEY

PPP

Projeto Político Pedagógico

Mãe D'água – PB 2023/2024

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Francisco Cirino da Silva
PREFEITO

Péricles Viana de Oliveira Júnior
VICE-PREFEITO

Vania Maria Campos
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Ana Susana Soares
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Vanderlita Campos
COORDENADORA EDUCACIONAL

Maria Iran da Silva Romano
GESTORA ESCOLAR

Érika Hipólito da Silva
SUPERVISORA ESCOLAR

Período/ano de elaboração do PPP: 2011/2012
Última revisão em 2021
Atualização em 2023

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

2. HISTÓRICO DA ESCOLA

3. Evolução histórica do município
   3.1. Caracterização do município

4. SITUAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA
4.1 Recursos humanos e materiais

5. DIMENSÃO PEDAGÓGICA
   5.1. Clientela atendida
   5.2. Gestão da escola
   5.3. Organização da escola e do ensino
   5.4. Relação da escola e da comunidade

6. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

7. REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO
   7.1. Planejamento pedagógico
   7.2. Metodologia adotadas nas aulas

8. PROCESSOS AVALIATIVOS
   8.1. Estratégias de avaliações e recuperações
   8.2. Descrição do processo de desenvolvimento avaliativo do Ensino Fundamental

9. CONSELHO DE CLASSE
   9.1. Critérios para o Conselho de Classe
   9.2. Reunião de Pais/Responsáveis e Equipe Pedagógicas escolar

10. RESULTADOS EDUCACIONAIS

11. CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

12. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

13. OBJETIVO GERAL
   13.1. Objetivos específicos

14. PLANOS DE AÇÕES
   14.1. Plano de ação do ano letivo 2023/2024
   14.2.1. Metas
   14.2.2. As ações desenvolvidas serão as seguintes

15. PROJETOS DESENVOLVIDOS
   a. Projeto de Leitura: “Viajando pelos caminhos fantásticos da leitura e

escrita".
b. Projeto: Arte de Brincar: resgatando brinquedos e brincadeiras antigas.

15.1 Principais datas comemorativas trabalhadas na instituição

- ✓ Carnaval
- ✓ Páscoa
- ✓ Dia Nacional da Família na escola
- ✓ Dia Internacional da Mulher
- ✓ Dia mundial da água
- ✓ Dia das Mães
- ✓ Meio ambiente
- ✓ São João
- ✓ Dia dos Pais
- ✓ Folclore
- ✓ Semana da Pátria
- ✓ Semana da Criança
- ✓ Dia do Professor (a)
- ✓ Consciência Negra
- ✓ Natal

16. DISPOSITIVOS LEGAIS

16.1. Objetivos Básicos da Educação Nacional – LDB 9394/96
16.2. Objetivos Básicos para o Ensino Fundamental
16.3. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental

17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR – ANOS INICIAIS

17.1. Organização
17.2. Alfabetização
17.3. Educação do Campo
17.4. Educação Especial (Inclusiva)
17.5. Educação de Jovens e Adultos
17.6. Ensino Fundamental Anos Iniciais
17.7. Competências Gerias
17.8. Áreas do conhecimento
17.9. Componentes curriculares

18. PROGRAMAS FEDERAIS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS DO CAMPO

18.1 PDDE – Programa dinheiro direto na escola
18.2 Programa Tempo de Aprender
18.3 PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
18.4 PNATE – Programa Nacional de Assistência ao Transporte de Estudantes
18.5 Integra Educação PB – Regime de colaboração
18.6 Programa de Inovação Educação Conectada-PIEC

19. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES
19.1. Livro didático
19.2. Fardamento
19.3. Alimentação
19.4. Transporte Escolar
19.5. Educação em Direitos Humanos

20. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB
21. AVALIAÇÕES OFICIAIS
22. OLIMPÍADAS BRASILEIRAS SE LÍNGUA PORTUGUESA
23. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
24.ANEXOS
CALENDÁRIO ANUAL LETIVO 2023

25. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. IDENTIFICAÇÃO

A realização deste projeto configura a identidade desta Escola Municipal de Ensino Fundamental Nabor Wanderley, situada na Rua Nabor Wanderley Nº 15, no Distrito de Santa Maria Gorete, há uma distância de sete quilômetros da Sede do Município de Mãe D'água. A alunada é constituída por 51 (cinquenta e um). A clientela da escola é de classe baixa predominando famílias onde pais, mães ou responsáveis trabalham fora em residências, construção, agricultura, aposentado, prefeitura municipal, sendo que a maioria são desempregados, famílias desestruturadas, agricultura prejudicada por anos consecutivos de secas, muitos vivem apenas do Programa Bolsa Família. São pessoas com jeitos diferentes e diferentes princípios religiosos, sendo membro de duas igrejas: Católica e Evangélica, todos convivem de forma respeitosa. Em relação à escolaridade é analfabeto e alfabetizado.

Na região onde a escola está situada predominam residências de pequeno porte, posto de saúde com atendimento médico em dias alternados, tendo também atendimento odontológico, assistências dos agentes comunitários de saúde, dispondo ainda de alguns programas educativos sendo promovida pela Secretaria de Assistência Social.

A entidade oferece educação pública e de qualidade no Ensino Fundamental I sendo Multisserie. Seu espaço Físico é propício para atender a clientela e sua área é constituída por 279 metros quadrados, com capacidade para duzentos e vinte (220) alunos sendo que atualmente sua população é de apenas 51 (cinquenta e um). A expectativa da população é ter uma escola que venha a contribuir na formação dos educandos, desenvolvendo situações propícios nos quais ela é estimulada pelos educadores a examinar, explorar, construir significações, possibilitando sucesso no processo ensino aprendizagem.

2. HISTÓRICO DA ESCOLA

Essa instituição de educação foi fundada no dia 01 de março 1985, sua origem foi em homenagem ao proprietário do terreno, o mesmo era chamado de Nabor Wanderley da Nóbrega. Este estabelecimento localiza-se na rua: Nabor Wanderley Nº 15, no Distrito de Santa Maria Gorete, município de Mãe D' Água- PB. Foi publicado pelo Decreto de nº 11 de 12/10/79, sua área é constituída por 279 metros quadrado, com capacidade para 220 (duzentos e vinte) alunos, sendo que atualmente sua população é de 50 (cinquenta) alunos, mantida pela rede pública, oferece ao público serviços educacionais – do ensino fundamental I.

Contamos ainda com o Integra Educação Paraíba é um Regime de Colaboração em educação que foi instituído como uma política pública permanente por intermédio da Lei nº 12.026/2021, de 12 de abril de 2021 buscando ampliar a melhoria dos indicadores educacionais das redes públicas,

de modo especial as redes municipais de ensino e Programa de Inovação Educação Conectada-PIEC. A expectativa da população é ter uma escola que venha realmente contribuir na formação dos educandos, desenvolvendo situações propícios nos quais ela é estimulada pelos educadores a examinar, explorar, construir significações, possibilitando sucesso no processo ensino aprendizagem.

2.1. EVOLUCÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

No início do século XX um homem de nome Leonardo Camboim, dono de uma gleba de terra, onde hoje está localizada cidade de Mãe D'Água, chegou a este município acompanhado dos irmãos João, Cirilo e Emiliano. Eles haviam migrado de um sítio denominado Mulungú no vizinho Estado de Pernambuco. Leonardo Camboim construiu uma casa grande, nas proximidades do Rio da Cruz e os seus irmãos foram residir em Cacimbas, Covão e Alecrim. As primeiras edificações do povoado existem até os dias de hoje. Sendo que a primeira está localizada à Rua São Sebastião, 02; a segunda, terceira e quarta estão localizadas à rua Luiz Furtado de Figueiredo sob os números 02, 03 e 26. Com a formação do aglomerado os moradores pensaram logo na realização da feira semanal, que acontece aos domingos embaixo de latadas, mas pouco tempo depois mudaram para terça-feira permanecendo até os dias atuais. Devido à facilidade de encontrar água naquele local, bem como pela existência de terras férteis, tanto para a agricultura como para a pecuária, o número de famílias foi aumentando rapidamente, logo os moradores que ali foram chegando chamaram aquele lugar de Vila do Rapa, depois Vila de Mariópoles e, finalmente, por haver um grande número de olhos d'água na região esses habitantes acharam ser ali a mãe das águas, por isso o aglomerado veio a se chamar de Mãe D' Água.

Em 07 de janeiro de 1949, o povoado passou a distrito pela Lei 318 e em 26 de dezembro de 1949, através da Lei n 2. 686, oficializada pelo governador do Estado da Paraíba, o Dr. Pedro Moreno Gondim, transformou o Distrito em Município, atendendo os anseios de todos os seus moradores e os seus representantes políticos, a exemplo de Luiz Furtado de Figueiredo (Luiz Soares), Cristiano Pereira Cavalcante, entre outros, graças também ao requerimento do então Deputado Estadual Dr. José Afonso Gayoso.

Hoje o município de Mãe D'Água continua a crescer com o desenvolvimento da cidade, do povoado de Santa Maria Gorete e da zona rural.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Clima

Mãe D'Água possui um clima quente, com uma temperatura média variando de 25 ºc a 36 ºc, ocorrendo oscilações de temperatura durante o ano.

Relevo

Entre as serras de Mãe D'Água estão a Serra Preta, Serra Velha, Serra de São José, Estrangeiro, Conceição, Alecrim e Borborema. A cidade também possui chapadas: a do Amolar e Guaribas. Os montes mais importantes são: Serrote dos Picos, Cruzeiro, Serrote do Pão e Serrote do Pelado.

Hidrogafia

A cidade é banhada por rios e riachos. Entre eles o Rio da Cruz que nasce em Imaculada, atravessa o município de Mãe D' Água e corre em direção ao Rio Espinharas em Patos. Entre os riachos podemos citar o Riacho da Raposa, Picos, Arroz, Caibreiras, João Bento e Pelonha. Nos riachos das Caibreiras e Pelonha existem belas cachoeiras. No município foi construído o açude de Capoeira com uma capacidade de 53. 470 m³ que serve para irrigação de plantações e fornece água para abastecimento das cidades da região, além dos que se deslumbram com o panorama que a paisagem proporciona.

Atualmente com a estiagem, o açude encontra-se com baixo nível de sua capacidade normal, porém sendo ainda a única fonte de abastecimento. Contudo a distribuição dessa água está sendo realizada através de carros pipa.

Religião

Devido ao grande fervor religioso dos primeiros habitantes do povoado que deu origem ao município de Mãe D' Água, as orações começaram a ser feitas em uma casa, situada na Rua São Sebastião, nº 26, em 1913, foi construída a capela que logo foi doada a São Sebastião que ficou como Padroeiro da capela e do patrimônio.

Em 1920, a capela recebeu a imagem de Nossa Senhora das Dores a Padroeira da Matriz.

Desse modo, São Sebastião ficou sendo padroeiro de Patrimônio e Nossa Senhora das Dores a Padroeira da Matriz.

Mãe D'Água conta ainda com um serviço pastoral que tem o objetivo de conscientizar a população para que haja um entrosamento mais sério com a Igreja. Esse trabalho tem a coordenação do Padre Leonardo Henrique Santos de Lima que auxilia a catequese, Infância Missionária, Pastorais do Dízimo, Idoso, Saúde, Batismo e da Criança, o EJC Encontro de Jovens com Cristo, o ECC Encontro de Casais com Cristo, Apostolado da Oração e a PASCOM.

No município são comemorados a Semana Santa e os Novenários de Nossa Senhora das Dores e de São Sebastião na cidade, nas comunidades

vizinhas como Sítio Cariri, reza-se as novenas de São José e na Comunidade Capoeira, comemora-se as festividades de Santo Antônio, no Distrito reza-se as novenas da padroeira Santa Maria Goretti. Como também as celebrações natalinas.

A Comunidade Evangélica se destaca no município através das seguintes congregações: Assembleia de Deus, Filadélfia e Cristo Salva.

Manifestações Culturais

Além das antigas serestas que ocorriam no município, Mãe D'Água se destaca no folclore e no artesanato, sendo detentora de grandes poetas na área do cordel. O maior deles, Francisco Romano da Silveira mais conhecido como "Romano da Mãe D'Água" (1840-1891) que realizou memoráveis pelejas com Inácio da Catingueira. Onde também se destaca Edízio Romano Soares, José Alexandre de Barros e o professor e escritor Antônio Mota da Silva.

Vegetação

Vegetação nativa de plantas espinhosas que guardam muita água em suas raízes. Entre elas a catingueira, xiquexique, pereiro, juazeiro, palma, favela, jurema e outras espécies. Existem também algumas plantas maiores como pau-d'arco, angico, jatobá e mororó, além das plantas rasteiras, o capim e a grama que servem de pasto para o gado.

Solo

O solo já foi bastante fértil com o cultivo do arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, frutas, verduras e fumo, fazendo com que a agricultura seja a principal atividade econômica de Mãe D'Água.

Localização

O município fica situado na micro-região da Serra do Teixeira, a uma distância de 340 km da capital do Estado. Sua área é de 318,5km². Seus limites são:

Norte- com Santa Terezinha e Patos.

Sul - com Imaculada.

Leste - com São José do Bonfim, Teixeira e Maturéia.

Oeste - com Catingueira e Olho D'Água.

A Bandeira

A bandeira do município foi oficializada pela Lei de nº 195/2002, pelo Prefeito Constitucional Antônio Soares de Figueirêdo, no dia 19 de fevereiro de 2002.

De acordo com o Art. 2º a bandeira é constituída por duas partes distintas. Uma delas registra as cores representativas do Estado: o preto e o vermelho; o outro lado, o de fundo branco simboliza a convivência pacífica e hospitaleira de seus habitantes. Tem no seu centro um quadrado, que retrata, em síntese, o espaço territorial do município, onde se pode observar um sol nascendo por trás da serraria, paisagem peculiar da localidade, da água de um olho d'água descendo serra abaixo, motivo que deu origem ao nome do povoado.

Ainda se destacam as duas culturas que tiveram grande importância no desenvolvimento econômico da região: o algodão e o sisal. Na parte inferior da figura geométrica encontra-se inserido o nome do município, seguido da sigla do Estado.

SÍMBOLOS DO MUNICÍPIO

Brasão

O Hino

A Letra e a música são de Francisco Jacinto da Silva com arranjos de José Kleber. No dia 14 de setembro de 1999, o Prefeito constitucional, Antônio Soares de Figueirêdo tornou oficial o Hino da cidade de Mãe D'Água, ao sancionar a Lei Nº 196/99.

HINO À MÃE D'ÁGUA

MÃE D'ÁGUA QUERIDA, MEU BERÇO, MINHA CASA
TU ÉS MEU ENCANTO, ÉS MEU BEM QUERER
DEITADA NOS BRAÇOS DE SERRAS TÃO BELAS
POIS IGUAIS ÀQUELAS JAMAIS PUDE VER...

O TEU LINDO NOME EU SEI A ORIGEM
VEM DOS OLHOS D'ÁGUA QUE JORRAM PRA CÁ
ÁGUAS CRISTALINAS E INCANDESCENTES
TE FAZ ATRAENTE, UMA COISA SEM PAR...

OH BELA CIDADE, MÃE D'ÁGUA QUERIDA
TU ÉS MINHA VIDA SEMPRE VOU TE AMAR...

2ª PARTE

AQUI EXALTAMOS COM MOUITO CARINHO
O SEU FUNDADOR LEONARDO CAMBOIM
QUE FOI PIONEIRO DESSA TERRA AMADA
DE GENTE TÃO BOA, MEU AMOR SEM FIM

ÉS MÃE DO SOSSÊGO, DA TRANQUILIDADE
QUE FELICIDADE, SOLO VARONIL

ÉS MÃE DO SOSSÊGO, DA TRANQUILIDADE
QUE FELICIDADE, SOLO VARONIL
UMA FILHA HIONESTA, PACATA E ORDEIRA
HONRANDO A BANDEIRA, DO NOSSO BRASIL (BIS)

3. SITUAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

Atualmente nossa escola têm muitos recursos que nos auxiliam no trabalho, além de uma estrutura física que comporta muito bem nossa clientela. No quadro abaixo descrevemos minuciosamente:

Salas de aula	4	Estantes	3
Sala de direção	1	Fogão industrial	1
Cozinha	1	Liquidificador industrial (sem funcionar)	1
Sala dos professores	1	Frízer	1
Despensa	2	Arquivos	5
Banheiros	3	Forno industrial	1
Mesa grande	1	Microfone	1
Cadeiras de auditório (branca)	20	Geladeira	1
Carteiras amarelas	18	Armário para armazenamento	1
Cadeiras azuis	20	Calculadoras	1
Cadeiras vermelhas	57	Caixa de Som (1 sem funcionar)	2
Mesa pequena (amarela e vermelha)	74	Gela-água	1
Mesa azuis	18	Bancada para computadores	1
Miniarmário	3	Monitores	4
Notebook	1	Impressoras	2
Liquidificador	1	Cadeiras giratórias	5
Relógio de parede	1	Bebedouro	1
Balança eletrônica	0	Filtro de barro	1

Espremedor de laranja industrial	1	Televisão Antiga	1
Quadro branco	4	Aparelho de DVD	2
Bureaux	4	Datashow	1

3.1. MATERIAIS PEDAGÓGICOS

Caixa de som pequena	1	Kit de Alfabetização (10 jogos)	2
TV semp HD 32*	1	Kit Bocão saúde na escola	1
Fascículos dos PCNs	8	Livros didáticos aproximadamente	300
Livros paradidáticos (Coleção do Trilhas)	31	Material pedagógico dourado	2
Jogos pedagógicos	12	Ábaco vertical aberto	1
Globos	2	Jogo memória de sílabas	1
Esqueleto Humano	1	Jogos de números com pinos emborrachados	1
Alfabeto móvel cursivo	2	Jogo alfa- numérico	1
Alfabeto móvel script	2		
Escala Cuisenaire	1		
Jogo de xadrez faltando peças	3		
Jogo pedagógico bloco lógico	1		
Livros paradidáticos do PNAIC	50		
Tripé com suporte para celular	1		
Dicionários	15		
Kit de DVD teca Arte na escola (30 DVDs)	1		
Kit TV escola (50 DVDs)	1		
Kit a cor da cultura (4 DVDs)	1		
Coleção para educadores (21 livros)	1		

4. DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A referida instituição é formada pela administradora Maria Iran da Silva Romano, sua formação é Licenciatura Plena Pedagogia e Pós-graduada em Gestão Escolar. Na supervisão é a funcionária Érika Hipólito da Silva, formada em Licenciatura Plena em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia Institucional e Clinica e Supervisão e Orientação Educacional. O quadro docente da escola é formado por 04 (quatro) professores na faixa etária de 20 a 56 anos do sexo predominante feminino. Participam desse quadro docente,

Maria do Carmo Felix da Silva - Graduação em Pedagogia, lecionando a turma multisserie do 1º e 2º ano contendo 13 (treze) alunos.

Lucineide de Lucena Santos Bernardo - Graduação: Licenciatura Plena em Biologia e Pedagógica e Pós-graduada em Psicopedagogia, lecionando na turma do 3º ano contendo 12 (doze) alunos.

Luziene Lucena de Souza Lima - Graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, lecionando na turma multisserie do 4º e 5º ano contendo 18 (doze) alunos.

Victor Vinicius Paulino Santana – Cursando Licenciatura em Pedagogia, lecionando na turma da EJA (2º ao 5º ano) contendo 07 alunos.

Higo Lustosa Cabral Gomes - Formado em Educação Física, lecionando em todas as turmas como Educador Físico.

Todos que compõem o corpo docente são concursados com exceções dos professores Higo Cabral e Victor Vinícius que são contratados.

As funcionárias de manutenção e limpeza e merendeira da escola são:

Antonia Soares da Silva (merendeiras), seu grau de instrução é o magistério em ensino médio, Luzia Inácio da Silveira com o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano completo)
Maria Madalena Cesar Gomes (auxiliar de serviço geral) com o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano completo)
Renata Silva Souza (auxiliar de serviço geral) com o Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano completo)

Secretária administrativa: Erineuza Alves Ramos (Ensino médio completo)

E um vigia, Romero Vitalino da Silveira com o Ensino Fundamental Anos Finais incompleto.

Auxiliares educacionais: Sara Cristina Freire dos Santos (Cursando 2º ano do Ensino Médio) e Viviany Medeiros de Souza (Cursando Pedagogia)

4.1. Clientela Atendida

Os alunos ingressam aos 6 anos de idade no 1º ano e permanecem até o 5º ano do Ensino Fundamental I. A caracterização da população escolar é de classe baixa, atualmente matriculados 50 (cinquenta) alunos, que são atendidos no turno da manhã e noite com a turma da EJA (Educação de Jovens e Adultos) atendendo alunos em uma turma multissérie do 2º ao 5º ano com 08 alunos. Sendo três turmas multissérie: 1º e 2º ano são 13 (treze) alunos, a turma 3º ano são 12 (doze) alunos com faixa etária de 7 anos a 9 anos, 4º e 5º ano multissérie com 18 (dezoito) com faixa etária de 9 anos a 10 anos. Os dados do diagnóstico retratam a realidade escolar e as condições socioeconômicas da clientela e suas esperanças; o perfil dos profissionais; os recursos didáticos/ tecnológicos; as condições físicas e o contexto onde está

localizado, o que atende às expectativas das famílias, correspondendo com instalações físicas adequadas, condições infraestruturas e organização técnico-administrativa e técnico-pedagógica.

Para que o aluno ingresse na instituição é necessário, um xerox da certidão de nascimento; o histórico se for o caso de mudança de instituição e uma cópia do cartão do SUS, uma cópia do cartão de vacina ou outras documentações. A escola é mantida através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), e com contribuição da Secretaria Municipal de Educação.

4.2. Gestão da escola

A função primordial da escola é possibilitar a seus alunos o acesso ao conhecimento escolar. Para isso, o conhecimento disponível é esquematizado, reestruturado, segmentado, simplificado, reconstruído, como meio de promover a sua apreensão pelos alunos. O trabalho escolar, portanto, é uma transposição didática do conhecimento formal em conhecimento escolar.

A gestão escolar por sua vez, busca atuar democraticamente, pois a escola é vista pela liderança como ponto de apoio, discussão entre todos os envolvidos no processo educacional. É preciso saber ouvir e valorizar os conhecimentos dos integrantes para que juntos possam contribuir ativamente nas atitudes e metas para uma educação de qualidade.

Com relação ao Conselho Escolar que é uma das mais importantes tarefas da equipe gestora, temos como princípio fazer um trabalho de conscientização e mobilização entre os segmentos da escola. O Conselho Escolar visa ao desenvolvimento das atividades de ensino, dentro do espírito democrático, assegurando a participação dos segmentos da Comunidade Escolar na discussão das questões pedagógico-administrativo-financeiras.

Uma vez por ano a Escola recebe a verba do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), que é destinada a compra de materiais permanentes e de consumo. Também contamos com a ajuda da Secretaria Municipal de Educação. No que diz respeito ao funcionamento da secretaria de nossa escola, que por hora tem como componentes a direção, um agente administrativo e uma supervisora Pedagógica, ambas buscam orientar e atender toda demanda da comunidade, bem como funcionando em seus turnos-diurnos e noturno, com coleta de dados por meio de registro, pesquisa e conversa informativa.

4.3. Organização da escola e do ensino:

Nossa escola respeita as diferenças e através de atividades diárias busca o respeito mútuo, a dignidade, a honestidade, a colaboração, descartando a injustiça, as discriminações e a violência, sabendo que uma transformação social apenas acontece através de indivíduos críticos que a partir do diálogo e

da democracia buscam a justiça e a construção dos conteúdos aprendidos.

O horário e os alunos são organizados da seguinte forma:

ASPECTOS ESTRUTURAIS E DE FUNCIONAMENTO:

Ano letivo 2023	Nº de alunos Manhã/Noite	Matrícula final
Mutisserie 1º ano 2º ano	 08 05	
3º ano	12	
Mutisserie 4º ano 5º ano	 09 09	
EJA 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano	 01 05 - 01	
Matriculados	50	50

Ano letivo 2024	Nº de alunos Manhã/Noite	Matrícula final
Mutisserie 1º ano 2º ano		
3º ano		
Mutisserie 4º ano 5º ano		
EJA 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano		
Matriculados		

Obs: O horário de funcionamento das turmas é no turno da manhã, no horário das 7:00 às 11h:15 minutos, e à noite no horário de 18h:30minutos a 21h: 45minutos.

Aos alunos com necessidades especiais, ainda temos muito a estudar e aperfeiçoar nossa prática, ao mesmo tempo em que é feito tudo ao nosso alcance, bem como nos trabalhos com os profissionais da área de saúde para as tomadas de decisões cabíveis e temos também apoio com a equipe do NAPE.

4.4. Relação entre a Escola e a comunidade:

Por meio de estudo e reflexões sobre a Comunidade Escolar, almejamos meios de alcançar o ideal de vida em sociedade. A relação estabelecida entre família e escola é considerada bom, porém há muito o que ser feito para que as duas esferas possam se encontrar sistematicamente, pois o envolvimento é considerado baixo. A escola vem buscando medidas para sanar este entrave. A

escola promove eventos e reuniões pedagógicas onde a presença dos pais é solicitada.

Nossa Instituição de Ensino é considerada um centro de oportunidades nesta comunidade, uma vez que a relação mantida com outros órgãos como saúde e assistência social, mantemos uma ligação de apoio com a Secretaria Municipal de Educação, que por sua vez, busca orientar e nos ajudar diante das dificuldades e os projetos por hora implantados em nossa escola.

5. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Entende-se por currículo a construção e seleção de conhecimento e práticas produzidas em contextos concretos e fundamentadas nas dinâmicas sociais, políticas, culturais e pedagógicas.

O "mesmo" não é composto de conteúdos prontos e acabados a serem repassados aos alunos; pois a escola preserva o direito a cultura, com o dever do currículo e da prática docente.

Sabendo tudo isso o conhecimento será entendido como um campo dinâmico de produção, criação e construção crítica do saber.

São vários os aspectos que norteiam o "sucesso continuo" de um currículo escolar, pois esse vem a contribuir para que haja o exercício pleno da cidadania. Onde a participação coletiva assegura aos educados o direito de ter vez e voz no cotidiano escolar educativo.

O currículo, entretanto, abrange tudo o que ocorre na escola, as atividades programadas e desenvolvidas sob sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos na própria escola.

Diante de nossa realidade, trabalhamos conteúdos qualitativos horizontalmente e verticalmente, buscando uma transversalidade e a interdisciplinaridade.

É uma "maneira" de acontecer tudo isso que falou-se sobre currículo é através da avaliação.

O currículo precisa estar inserido a realidade do aluno, do professor e da escola. Fora da escola, estabelecem-se prioridades a partir da política educacional, organizam-se diretrizes, leis, orientações e indicações dos conteúdos de ensino; os saberes são selecionados, organizados, sequenciados e frequentemente detalhados em materiais com livros didáticos.

6. REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO

A escola é sem dúvida o local incumbido pela sociedade para realizar o processo educativo. E nossas crianças e adolescentes precisam habitar um espaço escolar onde reine o sonho de um mundo mais humano cercado de ideias, criatividade e beleza.

Neste contexto, a Equipe escolar tem que realizar um trabalho integrado, mobilizando forças para a melhoria constante do processo educativo.

Diante de nossa realidade, trabalhamos conteúdos qualitativos horizontalmente e verticalmente, buscando uma transversalidade e a interdisciplinaridade.

É uma “maneira” de acontecer tudo isso que falou-se sobre currículo é através da avaliação.

Avaliação como diz “AURÉLIO” 2001 é o ato ou efeito de avaliar, ou seja, o nosso aluno é avaliado. Para saber o desenvolvimento escolar, a aprendizagem que o mesmo tem “adquirido”.

6.1. PLAMEJAMENTO PEDAGÓGICO

Na E.M.E.F. NABOR WANDERLEY o Setor Pedagógico é o responsável pela formação continuada de professores e pretende a partir do ano letivo em vigor mobilizar todo grupo para encontros pedagógicos, a cada quinze dias estabelecido em calendário escolar em forma de grupos de estudos, bem como os Plantões Pedagógicos – cujo objetivo será atualizar os conhecimentos, viabilizar trocas de experiências pedagógicas, proporcionar embasamento teórico para implantar experiências inovadoras e consolidar projetos interdisciplinares.

Objetivo do Planejamento Pedagógico:

- Conhecer o aluno, observar e avaliar as suas necessidades e a partir desta constatação, refletir planejando ações concretas que façam a relação das vivências para o conhecimento científico e atuante.

Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdo. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Com a implantação do Integra Educação Paraíba que é um Regime de Colaboração em educação que foi instituído como uma política pública permanente por intermédio da Lei nº 12.026/2021, de 12 de abril de 2021, o planejamento tem tomado novos e significativos rumos, além das já instituídas ações pedagógicas que vinham sendo desenvolvido o uso de livros paradidáticos e as sequências didáticas deram um novo ar às práticas pedagógicas e ao planejamento, pois a interdisciplinaridade ocorre de forma simplificada e atrativa. O Planejamento é o momento de refletir sobre novas estratégias e oportunidades de aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem.

O planejamento escolar estar sendo realizado da seguinte forma:

→ Presencial quinzenalmente, em conjunção com os plantões pedagógicos;

→ O currículo será elaborado continuamente nos planejamentos quinzenais;

→ Atualização do PPP (Projeto Político Pedagógico) será realizado sempre de acordo com o planejamento das pautas nos encontros pedagógicos;
→ O Planejamento dos anos iniciais será alinhado com a metodologia das sequências didáticas (INTEGRA EDUCAÇÃO PB e TEMPO DE APRENDER);
→ Registrado em ata e assinado por todos;

Obs: A ata contém a pauta e os encaminhamentos da reunião.

6.2. METODOLOGIA ADOTADA NAS AULAS

- Atividades pedagógicas de sala e em casa quando for necessário para promover a integração familiar e educação doméstica, visando o bem-estar social;

- Usar o App WhatsApp para se comunicar com os alunos e as famílias dos alunos;
- Usar o Livro Didático sistematizando os dias de acordo com o planejamento dos professores;
- Currículo contínuo (flexibilização e retomando habilidades e conteúdos que não puderam ser contemplados nos anos anteriores ou que precisam ser aprofundados);
- Trabalhar projetos de leitura viabilizando contemplar a leitura/escuta; oralidade, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguistica;
- Trabalhar Sequências didáticas;

MATRIZ CURRICULAR - ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO

ÁREAS CURRICULARES	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL					CARGA HORÁRIA ANUAL				
		1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	5	205	205	205	205	205
	EDUCAÇÃO FÍSICA	1	1	1	1	1	81	81	81	81	81
	ARTES	1	1	1	1	1	81	81	81	81	81
	SUBTOTAL	**7**	**7**	**7**	**7**	**7**	**367**	**367**	**367**	**367**	**367**
CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS	3	3	3	3	3	83	83	83	83	83
	SUBTOTAL	**3**	**3**	**3**	**3**	**3**	**83**	**83**	**83**	**83**	**83**
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	5	5	5	5	5	165	165	165	165	165
	SUBTOTAL	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**165**	**165**	**165**	**165**	**165**
CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	2	82	82	82	82	82
	GEOGRAFIA	2	2	2	2	2	82	82	82	82	82
	SUBTOTAL	**4**	**4**	**4**	**4**	**4**	**164**	**164**	**164**	**164**	**164**

CIÊNCIAS RELIGIOSAS	CIÊNCIA DAS RELIGIÕES	1	1	1	1	1	41	41	41	41	41
	SUBTOTAL	**1**	**1**	**1**	**1**	**1**	**41**	**41**	**41**	**41**	**41**
	TOTAL	**20**	**20**	**20**	**20**	**20**	**820**	**820**	**820**	**820**	**820**

Cronograma semanal dos componentes curriculares

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
Português	Matemática	Português	Português	Matemática
Matemática	Português	Geografia	Ciências	Português
Ciências	História	Geografia	Matemática	Arte
Ciências	História	Matemática	Educação Física	Ens. Religioso

7. PROCESSOS AVALIATIVOS

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem, de responsabilidade da escola, será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem tem por objetivos:

1. Diagnosticar a situação real da aprendizagem do aluno e registrar seus progressos e suas deficiências;
2. Possibilitar que os alunos autoavaliem sua aprendizagem;
3. Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar suas dificuldades;
4. Fundamentar as decisões do Conselho de Classe, ou órgãos semelhantes, quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de esforço e recuperação de aprendizagem dos alunos;
5. Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares;
6. Os registros das avaliações serão realizados através de sínteses bimestrais e finais, como também através de relatórios sendo analisados através das matrizes de habilidades (direitos de aprendizagem). norteados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cada Área de Conhecimento.
7. A unidade escolar poderá prever, no calendário escolar, reuniões bimestrais dos conselhos de classe ou assemelhados, dos professores, alunos e pais, para conhecimento, análise dos procedimentos de ensino adotados e resultados de aprendizagem alcançada.
8. A avaliação do aproveitamento far-se-á com atribuição de notas a cada

exercício escolar realizado, envolvendo testes objetivos, tarefas escritas e/ou orais, trabalhos em grupo e/ou individuais, além de outros instrumentos que se fizerem oportunos, necessários e possíveis.

- **Parágrafo Único –** Os instrumentos de avaliação, necessariamente adequados à natureza da matéria e a seu tratamento metodológico, deverão ser elaborados pelo professor, de acordo com a orientação pedagógica da escola.

9. No cálculo de qualquer média, a primeira casa decimal será sempre arredondada para mais, quando a segunda casa decimal for igual ou superior a 05 (cinco) e desprezada quando esta for inferior a 05 (cinco).

10. O Diário online de Classe é apenas um dos instrumentos de acompanhamento e registro do desempenho dos alunos.

11. A avaliação deve estar baseada nos marcos e indicadores de aprendizagem, portanto, atrelada ao conteúdo e ao modo como foi desenvolvido.

12. O aluno deve conhecer os critérios de avaliação, ou seja, “em que” e “como” será avaliado.

13. Os resultados das avaliações, registrados no Diário online de Classe, devem enfatizar os avanços apresentados pelos alunos no processo de ensino e de aprendizagem.

14. Todos os envolvidos (alunos, professores e pais) devem conhecer os resultados da avaliação e analisar esses resultados para tomada de decisões.

15. A avaliação do desempenho do aluno é diagnóstica, processual, contínua, participativa, formativa e somativa.

16. O professor deverá manter o diário online de classe em ordem e atualizado.

17. Registrar diariamente frequência dos alunos.

18. Registrar o desempenho do aluno no processo de ensino - aprendizagem através da avaliação qualitativa, os quais deverão conter os indicadores de aprendizagem alcançados pelo aluno, observado:

- Vivencia prática do aluno: de que forma o aluno demonstra em suas ações diárias que estabeleceu relações entre as aprendizagens construídas, comprovando desta forma o seu desenvolvimento.

7.1. Descrição do Processo de Desenvolvimento Avaliativo do Ensino Fundamental

Para o 1º e 2º ano, a avaliação será contínua, participativa, formativa e diagnóstica, tendo como finalidade averiguar o desempenho do aluno e proporcionar uma aprendizagem eficaz, tendo como base a avaliação proposta pelo Integra Educação Paraíba. Os alunos serão avaliados por matrizes de habilidades (direitos de aprendizagem).

A avaliação do 3º ao 5º ano acontece mediante a soma de quatro bimestres, na forma de nota, serão avaliados pelo desempenho nas avaliações diagnóstica, processual, contínua, participativa, formativa e somativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nos Estudos de Recuperação, é necessário reapresentar os conteúdos por meio de metodologias diferenciadas para garantir a aprendizagem.

7.2. Estratégias de avaliações e recuperações

SERÃO REALIZADAS TRÊS ETAPAS:

1ª ETAPA: Testes ou trabalhos individual ou coletivo (Português e matemática)

2ª ETAPA: Uma semana com testes impressos por componente através de simulado contendo (10 questão de múltipla escolha do 3º ao 5º ano);

3ª ETAPA: A nota será a ficha contínua (QUALITATIVA);Critérios qualitativos;

DETALHAMENTO DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS QUALITATIVOS:

CRITÉRIOS		INDICADORES
PONTUALIDADE	1,5	Realização das atividades entr e extraclasse, no tempo previsto.
PARTICIPAÇÃO	1,5	Participação nas tarefas (autonomia e empenho, atenção/concentração.
PRODUTIVIDADE	2,0	Faz todas as tarefas mesmo apresentando erros.
CONVIVÊNCIA SOCIAL	2,0	Disciplina, cumprimento de regras (respeito pelos outros, cooperação, sociabilidade).
PROGRESSÃO NA APRENDIZAGEM	3,0	Demonstrou avanço na expressão e compreensão escrita e oral e no cálculo matemático.

8. CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe é a oportunidade de reunir os professores e a gestão escolar para refletir sobre o processo de realização das atividades. É um espaço democrático de construção coletiva de metas e estratégias para que a escola possa atender as demandas da comunidade escolar.

O conselho de Classe acontecerá da seguinte forma:

- → Presencial
- → Agregado ao último Planejamento do bimestre;
- → Considerando os critérios abaixo estabelecidos (discutido com a equipe pedagógica da escola).

8.1. Critérios para o Conselho de Classe

I - Assiduidade, frequência, participação:
a) participação nas aulas apresentado pelo professor;

b) realização das tarefas impressas e pontualidade no retorno à escola para as devidas correções.

II - Circunstâncias que tenham interferido de alguma forma para prejudicar o aproveitamento do aluno:

a) falta de envolvimento dos pais/responsáveis na execução das tarefas;
c) problemas de saúde.

III - Aproveitamento nas disciplinas:

a) entendimento do conteúdo de acordo com seu ano/série;

b) atividades realizadas com 50% de acerto.

8.2. Reunião de Pais/Responsáveis e Equipe Pedagógica escolar

A reunião objetiva a integração entre as famílias e a equipe pedagógica, a fim de debater sobre recebimento, devolutivas e execução das atividades enviadas para os alunos para sanar deficiências, traçar metas e estratégias coletivas de aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem.

Deverá ser realizada da seguinte forma:

- → Presencial
- → Calendário elaborado pela escola;
- → Bimestral.

9. RESULTADOS EDUCACIONAIS

Como toda instituição vive de resultados e desempenho, nosso alunado/escola também não poderia ser diferente, pois buscamos uma meta importante enquanto escola, que é de sobressair diante das dificuldades que sempre aparecem numa instituição escolar, mantendo um vínculo de parceria e companheirismo com a comunidade, dessa maneira tentamos solucionar os “problemas” com muito empenho, senso crítico, avaliativo e também flexível. A nossa comunidade estudantil, como as demais passam por várias dificuldades de aprovação, reprovação e evasão, mas sempre ao final de cada ano letivo a escola consegue atingir de maneira significativa seu objetivo principal, “formar cidadãos melhores e conscientes”, além de obter um resultado de aprovação almejado.

Resultado Referente ao Ano de 2023

Ano / multisseriado	Total de alunos	Faixa etária	Aprovados	Reprovados	Transferidos	Evadidos	Recebidos
1º ano 2º ano	08 05	06 anos a 07	13	-	-	-	-
3º ano	12	07 a 08 anos	12	-	01	-	-
4º ano 5º ano	09 09	09 a 10 anos	18	-	-	-	-
EJA 1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano	01 05 - 01		07	-	-	-	-

Obs. Matrícula atual do ano letivo de 2023 – 50 alunos

10. CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

No que se refere ao um bom relacionamento, podemos afirmar que todos que fazem parte da instituição de ensino têm amor, respeito mútuo e dedicação pela mesma. A participação dos pais é espontânea, eles sempre participam dos eventos comemorativos, reuniões e quando são convidados por motivos necessários, a participação da família vem sendo muito significativa no ensino-aprendizagem.

11. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

A entidade tem a missão permanente de contribuir para o aperfeiçoamento dos educandos, respeitando e valorizando as experiências de vida das famílias.

Queremos deste modo formar seres humanos com dignidade e projeto de futuro, capazes de aprender e serem conscientes de seus direitos e deveres, de liberdade e igualdade.

*** Diagnóstico da realidade:**

Acreditamos em um mundo capitalista, onde se procura obter conhecimentos com objetivo de conseguir posição social e retorno financeiro, uma sociedade que usa a violência como argumento para defender interesses políticos e religiosos, e a educação até o momento não modifica essa situação real. As consequências da crise global interferem na situação brasileira: pois os desempregados, as famílias desestruturadas, menores abandonados e uma agricultura prejudicada afetam diretamente no desenvolvimento do processo de vida e consequentemente na vida estudantil de nossos alunos e desempenho dos educadores nas escolas.

E quanto à educação, a escola contribui de forma geral para uma constante melhoria das condições educacionais da população, visando assegurar uma educação de qualidade aos nossos alunos num ambiente criativo, inovador e de respeito ao próximo. Também desejamos que nossos educandos interfiram na sua comunidade, participando das decisões, buscando soluções, mantendo boa convivência, tendo presente em sua vida a religiosidade e os valores morais e éticos. Portanto, apenas será possível realizar estes pensamentos por meio de uma educação sistemática, sendo imprescindível ter:

* **Visão de educação, escolar e sociedade:**

A educação tem caráter permanente. Processo pelo qual as pessoas se inserem na sociedade, podendo assim atender as exigências do hoje e do amanhã de forma renovada, transformando-se e transformando a sua realidade.

***Visão da escola:**

A organização do trabalho escolar baseia-se no prazer de conhecer e descobrir, o que estimula o desenvolvimento da autonomia de nossos alunos, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica, considerando o aluno, como sujeito de sua própria aprendizagem.

***Visão de sociedade:**

Ambiente no qual o indivíduo está integrado, construindo concepções, costume e ideais. Onde o natural seja pensar no bem de todos e não em si mesmo.

***Tendências Pedagógicas:**

A escola segue algumas matrizes pedagógicas que norteiam nossas

práticas e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas que trabalham na educação. Entre elas:

***Pedagogia da organização coletiva:**

Nossa escola tem o importante papel de organizar situações favoráveis a um lugar de trocas de experiências, considerando as diferenças e combatendo a desigualdade. Portanto, para que isso aconteça, pretendemos realizar um trabalho de excelência educacional, contando com a união, o compromisso e a criatividade da comunidade escolar em favor da formação integral dos nossos alunos.

***Pedagogia do trabalho:**

Acreditamos que o trabalho em si já é uma potencialidade pedagógica, e a escola como entidade mobilizadora busca tornar plenamente o ser humano em um ser pensante e atuante no seu meio, ao mesmo tempo em que ajudamos nossos educandos a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana. No cotidiano os educandos desenvolvem trabalhos relacionados no meio ambiente, fazendo mudas de plantas, cuidam da conservação do ambiente mantendo o espaço escolar limpo.

***Pedagogia da escolha:**

É um desafio sempre em construção vivido na escola. Ao ter que assumir a responsabilidade pelas próprias decisões os indivíduos do processo educativo aprendem a dominar impulsos, influências, e aprendem também que a coerência entre valores que defende com as palavras e os valores que efetivamente se vive.

***Pedagogia da história:**

A pedagogia da história se baseia em não ver a história somente com uma disciplina e passa a trabalhar como uma dimensão importante de todo o processo educativo.

Cada família tem sua história e a escola tem o papel fundamental de manter viva e sempre em pleno resgate esse processo vivido pela comunidade.

***Filosofia da educação:**

A escola deve garantir que a construção do conhecimento aconteça de forma criativa e crítica, como meio para que os indivíduos construam assim uma sociedade mais justa. Dessa forma, contribuindo para as melhorias das condições educacionais da população, assegurando uma educação de qualidade, inovadora e de respeito ao próximo.

12. OBJETIVO GERAL:

A E.M.E.F. Nabor Wanderley tem como objetivo principal desenvolver a

capacidade de aprendizagem, postura pesquisadora, autoestima, valorização da terra para formação de valores, fortalecimento dos vínculos familiares e convivência comunitária, através de conhecimentos socialmente úteis, a fim de exercer sua cidadania.

12.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a capacidade de organização dos educandos quanto à preservação e limpeza do ambiente educativo, pontualidade, horários da escola e o zelo ao patrimônio escolar;
- Vivenciar juntamente com a comunidade escolar, atitudes como humildade, respeito, postura, disciplina, solidariedade e amor a terra;
- Construir um ambiente educativo que vincule com a comunidade através dos processos econômicos, políticos e culturais;
- Cultivar a memória coletiva do povo brasileiro, valorizando a dimensão pedagógica da história da classe trabalhadora;
- Buscar a combinação entre teoria e trabalhos práticos como instrumentos para desenvolvermos habilidades e conhecimentos socialmente úteis à comunidade escolar.
- Promover a convivência harmônica entre alunos e pessoas com necessidades especiais, considerando às diversidades (de cultura, de raça, de religião, de gênero) num ambiente de paz e de respeito pelas diferenças e preferências.
- Adotar metodologias de ensino diversificadas e ativas que estimulem o exercício do raciocínio, a experimentação, a resolução de problemas, tendo em vista a formação do cidadão crítico, criativo e agente de transformação.
- Disponibilizar aos alunos novos espaços e projetos de aprendizagens que promovem autoestima, a convivência harmônica com as diversidades (de cultura, de gênero...), tendo em vista a melhoria do atendimento e o exercício da cidadania planetária.

13. PLANOS DE AÇÕES

13.1. PLANO DE AÇÃO DO ANO LETIVO 2023/2024

DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Incentivar o hábito da leitura familiar.
Ações	Efetuar diagnóstico do gosto de leitura da família onde o educando está inserido. Disponibilizar a Maleta da leitura viajante com livros e fichas para serem preenchidas pelo aluno e família.

Recurso	Humanos, livros e maleta contendo o material necessário para a leitura.
Monitoramento	Será semanal através de relatos e ações desenvolvidas expondo sucessos ou dificuldades.
Avaliação	Ao final da semana com a exposição dos avanços feitos.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Atualizar o PPP adequando-o às legislações vigentes.
Ações	Readequar o Projeto Político Pedagógico em cada início de ano letivo e sempre que for necessário no decorrer do processo.
Recurso	Humanos e Secretaria de educação.
Monitoramento	No início do ano letivo, para elencar itens faltantes ou que devem ser atualizados com todos os envolvidos no processo de construção do PPP.
Avaliação	No início do ano letivo de forma participativa com toda comunidade escolar, mostrando dados coletados e registrados em atas e relatório.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Metas	Promover manifestações artísticas, culturais e esportivas para todos os educandos. Valorizar e realizar atividades direcionadas ao Dia da Consciência Negra.
Ações	Participar de eventos culturais promovidos pelo município; promover eventos esportivos nas diversas modalidades onde os alunos possam demonstrar seus talentos; Realizar gincanas interdisciplinares; Trabalhar livros temáticos envolvendo a Consciência Negra
Recurso	Humano, Secretaria de Esportes, Secretaria de Cultura.
Monitoramento	Bimestral através de uma avaliação realizado com alunos e professores, gerando relatório.
Avaliação	No final de cada bimestre, através dos registros feitos em relatório.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Incentivar e fortalecer a leitura, a escrita e a pesquisa.
Ações	Promover passeios e aulas de campo; Confeccionar um mural literário na escola; Manter o Projeto da Leitura: Viajando pelos caminhos fantásticos da leitura e escrita.
Recurso	Humanos e parcerias de instituições.
Monitoramento	Bimestral, utilizando as reuniões pedagógicas, dia de estudo e conselhos de classe, para avaliar através de uma roda de conversa, registro em ata e em relatório da continuidade das

	ações e sugestões.
Avaliação	No final de cada bimestre, utilizando os registros feitos em ata e no relatório.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Manter e ampliar a sala de apoio pedagógico para alunos com dificuldade de aprendizagens. Trabalhar com mais ênfase atividades personalizadas visando uma inclusão de forma significativa.
Ações	Identificar e minimizar os impactos da pandemia através de atividades de reforço; Melhorar a sala de apoio, através da compra de materiais didáticos-pedagógicos e áudio visuais; Adequar os materiais didáticos pedagógicos ao nível dos educandos; Fortalecer a participação da família na escola, organizando eventos com intuito de desenvolver o coletivo dentro da instituição escolar como um todo.
Recurso	Humanos, parcerias de instituições (NAPE), PDDE.
Monitoramento	Reunir de forma mensal com a Equipe do NAPE responsável da sala do Apoio, para acompanhar o desenvolvimento integral do educando, bem como as necessidades tanto do aluno como do professor.
Avaliação	Dar-se-á através de um parecer descritivo entregue pela coordenadora da equipe do NAPE mensal.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Elevar o Ideb (Saeb) do Município.
Ações	Analisar todos os itens que compõe os aspectos de avaliação do Ideb e suas possíveis melhorias no decorrer do ano; Trabalhar com apostilas e simulados baseados na forma de avaliação da prova; Estimular o habito de leitura aos educandos; Apoiar os docentes nas práticas pedagógicas; Acompanhar o desempenho dos educandos nas avaliações internas e externas observando dados para evitar a distorção idade-série, objetivando alcançar o melhor índice de aprovação.
Recurso	Humanos, financeiros e apostilas e livros didáticos.
Monitoramento	Será realizado bimestralmente através dos dados obtidos nas atividades e provas aplicadas.
Avaliação	Dar-se-á através de um parecer descritivo entregue pela professora no final de cada bimestre.

DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Zelar pela frequência dos alunos e diminuir as faltas

	injustificadas.
Ações	Manter cadastro de telefone sempre atualizado dos pais ou responsáveis dos educandos; Manter ativa a parceria com a família.
Recurso	Humanos.
Monitoramento	Será semanal ou sempre que houver necessidade da busca ativa.
Avaliação	Durante os Conselhos de Classe participativos.
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	
Meta	Acompanhar e monitorar as ações previstas no Plano Municipal de Educação.
Ações	Rever as metas do PME e fazer o seu acompanhamento para constatar o andamento das ações; Mediar junto ao poder público municipal para que o Sistema Municipal de Ensino seja cumprido na sua totalidade;
Recurso	Humano, Secretaria Municipal de Educação
Monitoramento	Semestralmente, ou nas paradas previstas no calendário escolar.
Avaliação	Será anual, sempre no final do ano letivo.
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	
Meta	Apoiar e equipar os professores em suas práticas educativas
Ações	Compra de materiais necessários para realização das atividades, contempladas no planejamento escolar; Oportunizar a participação dos profissionais da educação em formações continuadas e capacitações.
Recurso	Humanos, tecnológicos, parcerias de instituições, Recursos públicos e PDDE.
Monitoramento	Dar-se-á por Semestre nas paradas previstas no calendário escolar
Avaliação	No final do ano letivo, usando os dados obtidos do monitoramento
DIMENSÃO FINANCEIRA	
Meta	Administrar de maneira democrática e eficaz todos os recursos financeiros recebidos pela Unidade Escolar Executora.
Ações	Discutir com o Conselho Escolar, onde o recurso será aplicado; fazer a prestação de conta com transparência e dentro do prazo determinado; Adquirir bens de acordo com as regras de destinação dos recursos; manter toda documentação da escola atualizada em Instituições Bancárias, MEC, Secretaria Municipal de Educação, Receita Federal.
Recurso	Humanos, tecnológicos e PDDE.
Monitoramento	Será por trimestre, ou sempre que for necessário, em assembleias, com ampla divulgação para a comunidade escolar, com registros em ata gerando relatório.

Avaliação	No final do período letivo, com a exposição da prestação de conta no mural da escola e usando os dados coletados no monitoramento para gerar o relatório final.
DIMENSÃO FINANCEIRA	
Meta	Promover a transparência dos recursos financeiros
Ações	Divulgar os resultados das promoções ou Rifas e prestar contas de toda a captação de recursos financeiros; Efetuar os três orçamentos conforme rege a lei; Realizar reuniões com registro em atas e Conselho Escolar.
Recurso	Humanos, tecnológicos.
Monitoramento	Será por trimestre, ou sempre que for necessário, em assembleias, com ampla divulgação para a comunidade escolar, com registros em ata gerando relatório.
Avaliação	No final do período letivo, com a exposição da prestação de conta no mural da escola e usando os dados coletados no monitoramento para gerar o relatório final.
DIMENSÃO FÍSICA	
Meta	Melhorar a qualidade das salas de aula
Ações	Verificar a necessidade ou da troca de quadros ou lousas; Fazer pequenos reparos;
Recurso	Humano, Parcerias com outras Secretarias, Secretaria Municipal de Educação.
Monitoramento	Será sempre que for necessário, em assembleias, com registros gerando protocolo para agendamento e relatório.
Avaliação	No final do período letivo, com organização das ações que devem ser encaminhadas para o ano seguinte.

13.1. Metas

A meta para 2023/2024 será, promover um ambiente escolar propício para o aprendizado, desenvolvendo a autonomia, o respeito à diversidade social e cultural de todos os envolvidos. Desta forma, buscando desenvolver um trabalho voltado para a recomposição da aprendizagem visando efetivamente um melhor resultado possível.

13.2.1. As ações desenvolvidas durante o ano letivo de 2023:

- Semana Pedagógica – 31/01 a 03/02/2023
- Palestra de abertura do ano letivo de 2023: “Escola e Família: o futuro está em nossas mãos”. (Palestrante – Padre Josivânio Soares).
- Formação: Tema- Utilização das ferramentas digitais;
- Encontros didáticos pedagógicos quinzenal abordando as seguintes temáticas:

✓ Formação continuada do Programa Integra PB;

✓ Formação sobre currículo continuum;
✓ Formação continuada sobre as 10 competências trazidas pela BNCC;
✓ Avaliação diagnóstica, formativa e somativa;
✓ Planejamento dos Planos bimestrais;
✓ Planejamento dos projetos desenvolvido durante o ano letivo;
✓ Planejamentos das atividades pedagógicas e das Sequências didáticas;
✓ Formação continuada sobre os Indicadores educacionais;
✓ Formação continuada sobre as Habilidades e competências da BNCC;
✓ Análise de dados das avaliações diagnósticas das turmas;
✓ Formação sobre Recomposição das aprendizagens e metodologias ativas;

- Reunião de Pais e Mestres bimestral;
- Conselhos de Classe bimestral;
- Avaliações externas;

14. PROJETOS DESENVOLVIDOS

14.1. Projeto de Leitura: "Viajando pelos caminhos fantásticos da leitura e escrita"

14. 2. Projeto: Arte de brincar: resgatando brinquedos e brincadeiras antigas.

15. Principais datas comemorativas trabalhadas

Carnaval
Páscoa
Dia Nacional da Família na escola
Dia Internacional da Mulher
Dia mundial da água
Dia das Mães
Meio ambiente
São João
Dia dos Pais
Folclore
Semana da Pátria
Semana da Criança
Dia do Professor (a)
Consciência Negra
Natal

16. DISPOSITIVOS LEGAIS

16.1. Lei nº 9394/96 (LDBEN)

- Art. 32. O ensino Fundamental com duração mínima de nove anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º. É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º. Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º. O ensino fundamental será presencial, sendo a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

16.2. Objetivos Básicos da Educação Nacional – LDB 9394/96

O objetivo da Escola enquanto Instituição é ofertar um ensino público de qualidade que atenda às exigências da nova ordem mundial visando:

14. Proporcionar um desenvolvimento integral do educando nas áreas formativa, social e pedagógica;
15. Criar condições para o educando manter uma vivência plena em sociedade;
16. Criar condições ao educando de exercer seus direitos e deveres como indivíduo participativo respeitando regras e normas da sociedade;
17. Estimular no educando o espírito crítico;
18. Criar condições para o educando vivenciar os valores sociais;

16.3. Objetivos Básicos para o Ensino Fundamental

A LDB 9394/96 aponta para os objetivos que o ensino fundamental deve visar para que ao término do curso os alunos sejam capazes de:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoa de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens – verbais, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

16.4. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

As escolas ministrantes do Ensino Fundamental contemplam as Diretrizes emanadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), a saber:

I – As escolas deverão estabelecer, como norteadores de suas ações pedagógicas:

- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- Os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

II – As definir suas propostas pedagógicas, as escolas deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

III – As escolas deverão reconhecer que as aprendizagens são construídas na interação entre os processos de conhecimento, linguagem e afetivos, como consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades de afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR – ANOS INICIAIS

APRESENTAÇÃO

Pensar num currículo que garanta o acesso, a permanência e o sucesso escolar do aluno é primordial e deve estar pautada nos princípios emanados da Constituição Federal, da LDB e das Orientações Pedagógicas de maneira que possibilite ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ser e a conviver no mundo.

Conforme definido na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB, Lei de nº 9.394/1996) a base deve nortear os currículos, pois define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na educação básica. Esse documento foi elaborado a partir das orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Governo Federal. Como sabemos, é a primeira vez que o Brasil tem uma Base Comum Curricular a partir da qual as diretrizes fundamentais da Educação orientam os currículos, os planos de ensino e as ações públicas e privadas de entidades federativas, estaduais e municipais envolvidas com o

ensino e a aprendizagem. Nascida dos diálogos entre milhares de profissionais da Educação, a Base leva à execução um direito social muito importante previsto pela Constituição Federal Brasileira: o direito à educação de qualidade com equidade, como um dos pilares ao exercício amplo da cidadania e a garantia da dignidade social e humana do indivíduo dentro de uma perspectiva inclusiva. Objetivamos através deste orientar a elaboração dos planos e ações educacionais em Mãe D'água, e que surjam, da prática docente de cada educador, formas de implementação de uma educação inclusiva e igualitária.

Essa proposta privilegia o ensino-aprendizagem como construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social, contemplando os conteúdos curriculares da Base Nacional Comum e está organizado para atender as crianças da Educação Infantil e nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental de Nove Anos fundamentado na Constituição Federal (art. 205 a 214) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-9394/96.

17.1. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLARIDADE: MARCOS LEGAIS

A Constituição Federal de 88 – Art. 205 – Reconhece a Educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, Família e Sociedade (...). Art. 210 - Fixa conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais artísticos nacionais e regionais. LDB 9394/96 – Art. 26 – O currículo da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio devem ter Base Nacional Comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar. As Diretrizes Curriculares Nacionais – Art. 14 – Define **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR** como conhecimento, saberes e valores produzidos culturalmente expressos nas políticas públicas que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico (...). Plano Nacional de Educação / Plano Municipal de Educação – Meta 2, 3 e 7: Estabelecida como estratégia para o cumprimento das metas.

Assim, mediante a lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006: "que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade foi implantado de forma gradativa. Contudo, na Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, são fixadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 09 (Nove) Anos. E no art. 23 da LDB flexibiliza a organização da educação básica, portanto, do Ensino Fundamental, dizendo que, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

A organização da escolaridade em ciclos traz uma perspectiva transformadora, mantém a preocupação com a qualidade do ensino e com a questão da aprendizagem. Tem o compromisso com a criação de um sistema educacional inclusivo, não seletivo e democrático, que garanta a apropriação do conhecimento de forma ampla por todos os alunos.

17.2. ALFABETIZAÇÃO

Outro aspecto que muda com a BNCC Ensino Fundamental − Anos iniciais é a alfabetização. A partir da implementação da Base, toda criança deverá estar plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano. Antes, esse prazo era até o terceiro ano – de acordo com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Portanto, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, o foco da ação pedagógica deve ser a alfabetização. Isso é sistematizado pela BNCC nos tópicos abaixo, que mostram as competências e as habilidades envolvidas no processo de alfabetização, e que a criança deve desenvolver:

- Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação);
- Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script);
- Conhecer o alfabeto;
- Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita;
- Dominar as relações entre grafemas e fonemas;
- Saber decodificar palavras e textos escritos;
- Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras;
- Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento).

Então, se a alfabetização deve ser concluída ao final do 2º ano, o aluno já deve sair dessa etapa escrevendo tudo corretamente? Não! No final desse período ele deve desenvolver as competências e habilidades mostradas acima.

Ao longo dos próximos anos processo de alfabetização será complementado com foco na ortografia, que ampliará os conhecimentos e as habilidades linguísticas do estudante.

17.3. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nesta modalidade, a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação com as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo estão orientadas pelo Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, referencia-se na Resolução CNE/CEB nº 02/2008, “sociedade e nos movimentos sociais

em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País".

A Rede Municipal de Ensino de Mãe D´água entende como aspectos vinculantes para a oferta da modalidade Educação do Campo tanto a localização geográfica das instituições de ensino, como a organização dos estudantes, quando da necessidade de agrupamento em classes multisseriadas. O plano de ensino segue o mesmo itinerário da educação básica do seguimento anos iniciais, com a ressalva do multisseriado onde for necessário ofertar. As propostas pedagógicas das escolas do campo devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Nesse sentido, acredita-se que as práticas pedagógicas que acontecem nesses espaços educativos devam fomentar reflexões, ações e intervenções que contribuam à dinâmica das comunidades do campo, a partir da participação efetiva dos sujeitos nele inseridos.

17.4. EDUCAÇÃO ESPECIAL (INCLUSIVA)

Numa perspectiva inclusiva, o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais visa possibilitar o desenvolvimento de suas competências e habilidades superando suas limitações. O currículo proposto é aberto e diversificado, adaptado às necessidades de cada aluno.

Os alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas turmas, recebem atendimento complementar pela Equipe do Núcleo de Apoio pedagógico especializado da educação (NAPE).

A secretaria municipal de educação implantou através da resolução nº 002/2022 que dispõe sobre a formação do Núcleo de Apoio pedagógico especializado da educação (NAPE) segundo a LDB nº 9394, no seu artigo 54, a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a lei nº 10.172 o Plano Nacional de Educação (PNE) na meta 4, o Decreto Nº 6.571/08 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado – AEE, o decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis n° 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade, a lei brasileira de inclusão (LBI) conhecida como o Estatuto da pessoa com deficiência.

Essa equipe multidisciplinar estará à disposição para atender essas demandas escolares referentes ao AEE, a equipe é composta por um Psicólogo, um psicopedagogo, um orientador educacional e um assistente social. Na tentativa de melhorar o desempenho dos nossos estudantes e na certeza de que cada avanço no processo educativo e pessoal dessas crianças vão contribuir para todos eles e seus familiares enfatizando uma busca significativa.

17.5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Conforme determinado no artigo 37 da Lei nº 9.394/1996, Diretrizes e Bases Nacional (LDB), “a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”.

Tendo em vista a necessidade de termos em nosso município uma educação que atinja todos os alunos em idade educacional ou fora da faixa etária propomos três princípios para a EJA no município de Mãe D`água:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II - quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica conforme o que preconiza as leis educacionais.

A rede de ensino de Mãe D`água prevendo o que rege no Plano Nacional de Educação (PNE) segundo a Lei Nº 13.005/2014, onde trata as metas 8, 9 e 10 sobre a Educação de Jovens e Adultos e o analfabetismo funcional, assegurando a consecução destas metas e a implementação das estratégias que deverão ser realizadas em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios estabelece assim, um Plano Municipal de atendimento da EJA segundo a minuta de resolução Nº 001/2022 e observando a Resolução CNE/CEB Nº 1/2021do Conselho Nacional de Educação aprovada em 28 de maio de 2021, atualizando as diretrizes para orientação e organização dos currículos e a oferta de EJA alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei nº 13.415/2017, com vistas à concretização das metas e a uma política pública que garanta o direito a escolaridade.

17.6. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Assim como a BNCC da Educação Infantil, a BNCC Ensino Fundamental − Anos Iniciais e Finais foram implementadas nas escolas de todo o Brasil no

ano de 2022. Mas a partir de 2019, as mudanças já começam a aparecer nos materiais didáticos, nos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições e na rotina escolar como um todo.

Por isso é fundamental compreender como a Base se faz presente no dia a dia das escolas e em cada segmento da educação básica.

Diferente da Educação Infantil, a proposta da BNCC Ensino Fundamental − Anos Iniciais é a progressão das múltiplas aprendizagens, articulando o trabalho com as experiências anteriores e valorizando as situações lúdicas de aprendizagem.

Segundo o documento da **BNCC:**

> Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BNCC)

Portanto, ao compreender as mudanças no processo de desenvolvimento da criança − como a maior autonomia nos movimentos e a afirmação de sua identidade − a BNCC Ensino Fundamental − Anos Iniciais propõe o estímulo ao pensamento lógico, criativo e crítico, bem como sua capacidade de perguntar, argumentar, interagir e ampliar sua compreensão do mundo. Ou seja:

> Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. (BNCC)

Além disso, essa proposta pedagógica deve assegurar, ainda, um percurso contínuo de aprendizagens e uma maior integração entre as duas etapas do Ensino Fundamental.

A BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla a primeira etapa do segmento, bem como estudantes e professores do 1º ao 5º ano, enquanto os Anos Finais contemplam alunos e professores do 6º ao 9º ano.

Por fazerem parte de uma mesma Base, a BNCC da Educação Básica, a BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais possuem vários pontos em comum para garantir o percurso de aprendizagem contínuo, como a divisão por áreas do conhecimento, componentes curriculares e unidades temáticas.

17.7. COMPETÊNCIAS GERAIS

Uma das principais mudanças no Ensino Fundamental – Anos finais – e ao longo de toda a Educação Básica – conforme a proposta da BNCC, é a

definição de um conjunto de 10 competências gerais. As competências gerais são a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BNCC)

Elas mantêm-se as mesmas da Educação Infantil ao Ensino Médio, mas se desdobram ao longo de cada uma dessas etapas da educação em diferentes direitos de aprendizagem, campos de experiência, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades específicas, adequando-se às particularidades de cada fase do desenvolvimento dos estudantes.

A BNCC busca garantir a formação de cidadãos críticos, criativos, participativos e responsáveis, capazes de se comunicar, lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios. Para isso, a base foi elaborada a partir de 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica e que nortearam a estruturação dos componentes curriculares da Educação Infantil ao Ensino Médio.

1- Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural.
Para: Entender e intervir na realidade, colaborando para uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2- Pensamento científico, crítico e criativo: Exercitar a curiosidade intelectual, o pensamento e análise crítica, a imaginação e a criatividade.
Para: Investigar causas, elaborar e testar hipóteses, problematizar e criar soluções com conhecimentos multidisciplinares.

3- Senso estético e repertório cultural: Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais.
Para: Participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4- Comunicação: Utilizar conhecimentos das linguagens verbal, verbovisual, corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital.
Para: Expressar-se e partilhar informações, ideias e sentimentos, e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5- Cultura digital: Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e ética.
Para: Acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas com protagonismo.

6- Autogestão: Valorizar e compreender a diversidade de saberes, entender o mundo do trabalho e construir seu projeto de vida pessoal, profissional e social.
Para: Fazer melhores escolhas com liberdade, autonomia, responsabilidade e consciência crítica.

7- Argumentação: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis.
Para: Formular, negociar e defender ideias, pontos de vistas e decisões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, com posicionamento ético no cuidado consigo, com os outros e com o planeta.

8- Autoconhecimento e autocuidado: Conhecer-se, apreciar-se, reconhecer suas emoções e as dos outros e ter autocrítica.
Para: Cuidar de sua saúde física e emocional, lidar com suas emoções e com a pressão do grupo.

9- Empatia e cooperação: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.
Para: Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, acolher e valorizar a diversidade sem preconceitos, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

10- Autonomia: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.
Para: Tomar decisões segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

17.8. ÁREAS DO CONHECIMENTO

A organização estrutural da BNCC no Ensino Fundamental como um todo se dá por áreas do conhecimento, tal organização busca favorecer a comunicação entre os conhecimentos e aprendizagens das inúmeras disciplinas, agora chamadas de componentes curriculares.

As áreas do conhecimento previstas pela BNCC são: **1) Linguagens, 2) Matemática, 3) Ciências da Natureza e 4) Ciências Humanas,** sendo que cada uma delas têm competências específicas de área – reflexo das dez competências gerais da BNCC – que devem ser promovidas ao longo de todo o Ensino Fundamental, como mostra o gráfico abaixo:

De acordo com a BNCC, “as competências específicas possibilitam a articulação horizontal entre as áreas, perpassando todos os componentes curriculares, e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais e a continuidade das experiências dos alunos, considerando suas especificidades.”

Portanto, para além das competências, cada uma dessas áreas tem papel fundamental na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental. Isso aparece nos textos de apresentação das áreas na BNCC. Além de mostrar tal papel, o documento dá destaque às particularidades do segmento, levando

em consideração as especificidades e as demandas pedagógicas de cada etapa educacional.

17.9. COMPONENTES CURRICULARES

O que antes entendíamos como disciplinas ou matérias, chamamos agora de componentes curriculares. As disciplinas não deixaram de existir, o que mudou foi: a BNCC não chama mais Língua Portuguesa, por exemplo, de disciplina ou matéria. A Base a compreende como um componente curricular da área de conhecimento de Linguagens.

Cada área corresponde aos componentes curriculares do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais da seguinte forma:

Áreas de conhecimentos	Componentes Curriculares (anos iniciais e finais)
Linguagens	Língua Portuguesa Arte Educação Física
Matemática	Matemática
Ciências da Natureza	Ciências da Natureza
Ciências Humanas	Geografia História
Ensino Religioso	Ensino Religioso

Com o intuito de garantir o desenvolvimento das competências específicas de área, cada componente curricular possui – conforme indicado no texto da BNCC – um conjunto de habilidades que estão relacionadas aos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e que se organizam em unidades temáticas.

UNIDADES TEMÁTICAS

Com a implementação da BNCC Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, a forma com que os conteúdos serão trabalhados em sala de aula ganhou novo foco. A divisão agora é por unidades temáticas, que consiste na reunião de um conjunto de conteúdos de uma mesma temática em uma unidade.

Na BNCC, essas unidades aparecem em praticamente todos os componentes curriculares ao longo de todo o Ensino Fundamental. Por exemplo, a unidade temática “Matéria e Energia” de Ciências aparece do 1º ao 9º ano, o que muda são os objetos de conhecimento e as habilidades exigidas para cada etapa. Segundo a BNCC:

> Respeitando as muitas possibilidades de organização do conhecimento escolar, as unidades temáticas definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática contempla uma gama maior ou menor de objetos de conhecimento, assim como cada objeto de conhecimento se relaciona a um número variável de habilidades […]. As habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. (BNCC)

Portanto, a partir dessas unidades, o conteúdo trabalhado em um ano pode ser retomado e ampliado nos anos seguintes, permitindo que o professor trabalhe novas habilidades em sala de aula.

Entre os componentes curriculares presentes na BNCC, somente o componente Língua Portuguesa – da área de Linguagens – não está estruturado em unidades temáticas. Ou seja, ela se organiza em práticas de linguagem **(leitura/escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica), campos de atuação, objetos de conhecimento e habilidades.**

A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

É preciso registrar a importância da interdisciplinaridade, considerando como uma forma de pensamento que busca alinhar distintas abordagens, as quais devem possibilitar ao estudante um conhecimento amplo e, ao mesmo tempo, enriquecer o conhecimento específico, relacionando diferentes facetas dos componentes curriculares. Nesta perspectiva, você, professor (a), deve articular sua pratica mantendo um diálogo constante com as diferentes áreas de conhecimento. Para tal, o diálogo deve perpassar pela "reconstrução" permanente da sua identidade docente, que, por sua vez, também se constrói nas trocas de experiências profissionais com os demais professores. Evitar, portanto, a visão única disciplinar que limita a prática pedagógica e o processo de ensino e de aprendizagem como um todo. É nessa multidisciplinaridade de ações que a proposta pedagógica do currículo escolar deve ser construída: a promoção de um olhar diverso para o mesmo tema é possível, ainda que, por vezes, custosa.

A interdisciplinaridade representa uma possibilidade de alçar voos amplos e frutíferos para o estudante, assim como o ler e o escrever devem ser compromissos de todos os componentes curriculares. Nesta perspectiva, não se deve entendê-la equivocadamente como uma oposição ao trabalho disciplinar. Ao contrário, deve-se enxergar a interdisciplinaridade como uma perspectiva, para nutrir os saberes disciplinares. Assim, é imprescindível o diálogo entre as áreas de conhecimento, a fim de que produzam saberes aprofundado, não reduzido a justaposições que favoreçam o conhecimento superficial do estudante tal como consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

AREAS E COMPONENTES CURRICULARES
AREA DE LINGUAGENS

A área de Linguagens reúne os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. Assim, cada componente curricular da área evidencia linguagens que passam a ter status próprio de objetos de conhecimento escolar na presente proposta curricular, com a intenção de possibilitar aos alunos "participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens" (BRASIL, 2017, p.61).

A seguir são apresentadas as propostas específicas para cada um dos componentes da área.

LINGUA PORTUGUESA

O Currículo de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental visa garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, consubstanciados nas competências gerais e específicas bem como nas habilidades delineadas na BNCC, considerando as práticas de linguagem situadas nos campos artístico/literário, de estudo e pesquisa, jornalístico/midiático, de atuação da vida pública e pessoal, cidadã e investigativa, na interface de 04 (quatro) eixos:

- **Oralidade;** contrariamente à escrita, que historicamente tem status garantido na escola, vem se fixando como eixo norteador do ensino de língua/linguagem, principalmente depois das orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). [...]. Assim sendo, a escola deve necessariamente colocar em seu plano de trabalho ações didáticas que orientem o sujeito aprendente a empregar a linguagem oral adequadamente nas mais diversas situações comunicativas.
- **Leitura/escuta/interpretação;** A Leitura, por sua vez, permite ampliar as possibilidades tanto de se aprender nas demais áreas de estudo escolar quanto de se adquirir autonomia para construção dos conhecimentos fora da escola. Ela é, inquestionavelmente, o caminho para a formação do cidadão crítico, reflexivo e, sobretudo, autônomo no seu agir. Isso porque a leitura amplia os horizontes do conhecimento, favorece o acesso a novas ideias, permite o diálogo, promove a mudança de percepções e de concepções, contribui para a intervenção sobre o mundo, inclui o homem no exercício da cidadania e na tomada de decisões da própria vida. [..]
- **Produção (escrita e multissemiótica);**
  A Produção Textual é orientada pela concepção dialógica da linguagem, cujo escopo é a unicidade do ato comunicativo, que se organiza por

gêneros textuais\discursivos, que são, por sua vez, determinados pelas condições de produção que envolvem os interlocutores e a situação comunicativa. Em vista disso, a noção de gênero textual é fundamental para a eficácia do ensino e da aprendizagem da leitura e produção textual, para assegurar um aprendizado significativo e apropriado para desenvolvimento de sujeitos leitores\escritores. Por isso mesmo, as atividades de produção textual devem favorecer o acesso dos alunos aos mais variados gêneros empregados nas diversas práticas sociais, para que eles possam organizar seus discursos conscientes das suas intenções, de seus motivos e Os PCN apresentam orientações específicas para o ensino da produção textual: "o trabalho com produção de textos tem como finalidade formar produtores competentes e capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes" (BRASIL, 1997, p. 47).

- **Análise linguística/semiótica -** (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma padrão – textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses).

A Análise Linguística/Semiótica tem no texto seu ponto de partida e de chegada, e todo o percurso deve salientar a triangulação uso-reflexão-uso, conduzindo à percepção de como a língua/linguagem funcionam para a construção de sentidos, ou seja, permitindo explicar o que o texto diz e de que recursos da língua ele faz uso para dizer o que diz. Logo, é uma análise feita a partir de elementos que são importantes para a compreensão do texto, por isso, ela não pode ser isolada, mas contextualizada e reflexiva, o que implica estar sempre articulada com as práticas de leitura, de oralidade e de produção textual [...]. Sendo assim, o estudo da gramática deve permitir ao aluno reconhecer e validar as várias formas de dizer e a sua adequação às diversas realidades sócio comunicativas.

ARTE

A BNCC assegura o Ensino de Arte nas quatro linguagens nas escolas, a LDB garante que, ao longo dos quatorze anos de formação educacional básica, seja oportunizado ao(à) estudante o domínio básico dos códigos epistemológicos das:

- **Artes Visuais**, compõem uma área de conhecimento dentro do amplo campo de conhecimento artístico, abarcando ainda outras linguagens e uma infinidade de gêneros artísticos, dentre eles o desenho, a pintura, a arquitetura, a gravura, o design, a cerâmica, a fotografia, a escultura, o audiovisual, a performance, o artesanato, a arte pública, o urbanismo, a instalação, a moda etc.
- **Teatro** Pensar o Ensino de Teatro no Ensino Fundamental é apresentar à criança a possibilidade do desenvolvimento estético, criativo, relacional a partir dos jogos e do aprendizado construído pelas práticas e vivências próprias dessa linguagem artística. [...] O Ensino de Teatro

nos anos iniciais do Ensino Fundamental se relaciona com aspectos importantes e próprios da infância, como a simbolização, a imitação e os jogos. Essas práticas devem ser oportunizadas conscientemente com cunho pedagógico e devem gerar aprendizado de maneira criativa e atrativa, reconhecendo o percurso histórico do teatro e de seus artistas, sejam locais, regionais ou globais, e a importância de espaços como os teatros e anfiteatros.

- **Dança** Cabe ao Ensino de Dança, no componente Arte, no decorrer do Ensino Fundamental, promover novas relações com o espaço físico da escola, problematizar o uso do corpo no espaço escolar, expandir as possibilidades criativas, éticas e estéticas dos(as) estudantes, oferecer espaço de expressão de ideias, sentimentos e autoconhecimento. Para tanto, deve ser levada em consideração toda a produção cultural e artística produzida no entorno, criando vínculos entre o que acontece dentro e fora da escola.
- **A música** é uma expressão humana constituída pela organização do som em dimensões estéticas que ganham forma, sentido e significado nas interações sociais, sendo resultado de conceitos, valores e saberes diversos estabelecidos no âmbito de cada cultura. [...] Na educação básica, o processo de formação musical deve garantir o direito do estudante de conhecer, vivenciar e produzir música de forma inter-relacionada à diversidade humana e cultural, a fim de desenvolver saberes e conhecimentos artístico-musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade. (Associação Brasileira de Educação Musical, 2016)

EDUCAÇÃO FISICA

Os conteúdos de Educação Física do ensino fundamental foram pensados e elaborados buscando tanto uma conexão coerente com os conteúdos da fase de ensino subsequente, bem como a coesa adequação ao desenvolvimento biológico, 180 psíquico e social dos alunos na faixa etária em questão, conforme orientação dos principais teóricos da educação física escolar. Tanto os objetos de conhecimento quanto as habilidades têm como norte as seis unidades temáticas descritas na BNCC. São elas:

- **Brincadeiras e jogos**: “[...] aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si [...]” (BRASIL, 2016, p. 103).
- **Esportes:** “[...] caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais (“formais”), institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas),

as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição [...]" (BRASIL, 2016, p. 104). Além disso, os esportes reúnem "[...] tanto as manifestações mais "formais" dessa prática quanto as que lhe são "derivadas" [...]" (Ibid., p. 104).

- **Ginásticas (classificadas em três tipos):**
  - ✓ **Ginástica de demonstração**: "[...] reúnem as práticas corporais que tem como elemento organizador a exploração das possibilidades acrobáticas e expressivas do corpo, a interação social, o compartilhamento do aprendizado e a não-competitividade. Podem ser constituídas de exercícios no solo, no 183 ar (saltos), em aparelho (trapézio, corda, cama, fita elástica), de maneira individual ou coletiva [...]" (Ibid., p. 105).
  - ✓ **Ginástica de condicionamento físico**: "[...] se caracterizam pela exercitação corporal orientada a melhoria do rendimento, aquisição e manutenção da condição física individual ou modificação da composição corporal. Geralmente se organizam em sessões planejadas de movimentos repetidos com frequência e intensidade definidas. [...]" (Ibid., p. 105).
  - ✓ **Ginásticas de conscientização corporal**, "[...] reúnem práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo [...]" (BRASIL, 2015, p. 216).
  - ✓ **Danças:** "[...] caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias [...]" (Ibid., p. 216).
  - ✓ **Lutas:** "[...] focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário [...]" (Ibid., p. 216).
  - ✓ **Práticas corporais de aventura**: "[...] exploram-se expressões e formas de experimentação corporal centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador [...]" (Ibid., p. 216). O mesmo documento classifica tais práticas em dois tipos:
  - ✓ **Práticas de aventura na natureza:** "[...] se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante 184 na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada, corrida de aventura, corridas de mountain bike, rapel, tirolesa, arborismo etc. Já as práticas de aventura urbanas [...]" (Ibid., p. 216).

- ✓ **Práticas de aventura urbanas:** “[...] exploram a “paisagem de cimento” para produzir essas condições (vertigem e risco controlado) durante a prática de parkour, skate, patins, bike etc. [...]” (Ibid., p. 217).

MATEMÁTICA

O ensino de Matemática visa a uma compreensão abrangente do mundo e das práticas sociais, qualificando a inserção no mundo do trabalho, que precisa ser sustentada pela capacidade de argumentação, segurança para lidar com problemas e desafios de origens diversas. Por isso, é fundamental que o ensino seja contextualizado e interdisciplinar, mas que ao mesmo tempo se persiga o desenvolvimento da capacidade de abstrair, de perceber o que pode ser generalizado para outros contextos, de usar a imaginação. Um currículo, na área da Matemática, precisa garantir o direito: à compreensão das ideias abrangentes que articulam conhecimentos específicos; ao desenvolvimento do pensamento analítico; e à interpretação de problemas, criação de suas próprias estratégias de resolução e produção de situações desafiadoras. A BNCC propõe cinco unidades temáticas: **Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas**, **Probabilidade e estatística**.

No processo da construção da noção de **número**, os alunos precisam desenvolver, entre outras, as ideias de aproximação, proporcionalidade, equivalência e ordem, noções fundamentais da Matemática. Para essa construção, é importante propor, por meio de situações significativas, sucessivas ampliações dos campos numéricos. No estudo desses campos numéricos, devem ser enfatizados registros, usos, significados e operações.

A unidade temática **Álgebra,** por sua vez, tem como finalidade o desenvolvimento de um tipo especial de pensamento – pensamento algébrico – que é essencial para utilizar modelos matemáticos na compreensão, representação e análise de relações quantitativas de grandezas e, também, de situações e estruturas matemáticas, fazendo uso de letras e outros símbolos.

Recomenda-se vários tipos de articulações internas no ensino da unidade temática **Geometria**, bem como o uso de diferentes representações e linguagens. Assim, nessa unidade temática, o estudo da posição e deslocamentos no espaço e o das formas e relações entre elementos de figuras planas e espaciais pode desenvolver o pensamento geométrico dos estudantes.

É importante, também, considerar o aspecto funcional que deve estar presente no estudo da Geometria: as transformações geométricas, sobretudo as simetrias. As ideias matemáticas fundamentais associadas a essa temática são, principalmente, construção, representação e interdependência.

As medidas quantificam grandezas do mundo físico e são fundamentais para a compreensão da realidade. Assim, a unidade temática **Grandezas e medidas**, ao propor o estudo das medidas e das relações entre elas – ou seja, das relações métricas (tempo, comprimento, volume e etc.) –, favorece a

integração da Matemática a outras áreas de conhecimento, como Ciências (densidade, grandezas e escalas do Sistema Solar, energia elétrica e etc.) ou Geografia (coordenadas geográficas, densidade demográfica, escalas de mapas e guias e etc.). Essa unidade temática contribui ainda para a consolidação e ampliação da noção de número, a aplicação de noções geométricas e a construção do pensamento algébrico.

A incerteza e o tratamento de dados são estudados na unidade temática **Probabilidade e estatística**. Ela propõe a abordagem de conceitos, fatos e procedimentos presentes em muitas situações-problema da vida cotidiana, das ciências e da tecnologia. Em se tratando de probabilidade, destacam-se discussões pertinentes sobre acontecimentos do cotidiano, possibilitando estimar eventos e estimular os estudantes ao uso de experimentos e observações de espaços equiprováveis. Assim, todos os cidadãos precisam desenvolver habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a fazer julgamentos bem fundamentados e tomar as decisões adequadas. Isso inclui raciocinar e utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e predizer fenômenos.

CIÊNCIAS DA NATUREZA

Neste componente curricular, alguns procedimentos fundamentais possuem ligação com a capacidade de leitura, escrita e outras competências, por permitirem a investigação, diferentes formas de comunicação, confronto de ideias, como, por exemplo, a experimentação, a comparação, o tratamento de dados, elaboração de textos informativos, construção de hipóteses, indispensáveis no processo de ensino aprendizagem da área.

A experimentação é um fator importante para o ensino de ciências da natureza, pois estimula o exercício de alguns desses procedimentos, entretanto, não se pode esgotar o mesmo restringindo-o à mera execução de procedimentos estabelecidos previamente. É reconhecer as potencialidades que o mesmo apresenta.

UNIDADES TEMÁTICAS

A luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dos seus objetos de conhecimento e Habilidades para cada ano foram organizados os conteúdos e objetivos de aprendizagem em três unidades temáticas:

· **Matéria e energia:** os conteúdos são abordados através do estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia que são utilizados na vida cotidiana, com o intuito de construir o conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia.

· **Vida e evolução**: o desdobramento se dará contemplando o estudo das relações entre os seres vivos, suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. A proposta também traz um enfoque importante relativo à saúde individual e coletiva, considerando as políticas públicas vigentes.

· **Terra e universo:** nesta unidade almeja – se a compreensão das características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles. Dentro desta perspectiva busca-se promover conhecimentos sobre efeito estufa, camada de ozônio, vulcões, tsunamis, terremotos, clima e previsão do tempo, entre outros fenômenos.

GEOGRAFIA

Este currículo de Geografia parte do pressuposto de que, para interpretar/analisar o mundo, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico.

Diante disso, a Geografia deve centralizar-se num ensino que contemple as experiências vividas pelos alunos, forme estudantes com habilidades e capacidades espaciais, facilitando o desenvolvimento geral do aluno que deverá compreender: os fenômenos econômicos, os conflitos de classe, as alterações das paisagens e a complexidade da dinâmica socioambiental, nas diversas escalas geográficas: local, regional, nacional e global.

Com isso, o ensino de Geografia, ao estimular os estudantes a desenvolver uma melhor compreensão do mundo, favorece o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo e os torna aptos a uma intervenção mais responsável no ambiente em que vivem.

Nesse contexto, a proposta curricular de Geografia nesse documento está pautada no desenvolvimento do raciocínio geográfico, alicerçado em uma educação geográfica que tem por finalidade a emergência de um cidadão crítico, participativo, democrático e eticamente responsável por um modo de vida voltado ao bem-estar social e preocupado com qualidade do meio ambiente local e global.

Nessa conjuntura, é importante ressaltar que os princípios geográficos devem ser trabalhados em associação – objetivando o desenvolvimento do raciocínio geográfico – com as principais categorias de análise da Geografia:

- **Espaço geográfico:** é um conjunto indissociável de sistemas de objetos (cidades, vias de transporte, sistemas de produção etc.) e sistemas de ações (fluxos de pessoas, mercadorias, pessoas, práticas políticas, culturais, entre outras). Assim, o espaço geográfico constitui-se como o objeto de estudo da Geografia, representando a dimensão de totalidade.
- **Paisagem:** além de referir-se à relação visível do espaço, a paisagem é um conjunto de formas, que em determinado momento, exprime as

heranças que representam as sucessivas relações entre homem e natureza, constituindo-se como um conjunto de objetos concretos. Nessa perspectiva, essa categoria é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal.

- **Território:** se forma a partir do espaço, levando em consideração as relações de poder, ou seja, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social. Dessa maneira, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas. 366 ¬ Lugar: está ligado à construção social que se dá ao longo do tempo, ou seja, uma construção sócio-histórica que se vincula à lógica social. Ele diz respeito ao espaço onde vivemos e construímos nossa identidade, possibilitando compreender as relações entre o local e o global.
- **Região:** associa-se ao princípio da espacialidade diferencial dos processos sociais e naturais. Assim, a região se estabelece a partir de um conjunto de elementos políticos, econômicos, culturais e naturais necessários à diferenciação de determinados espaços em diferentes lugares.

Essa associação de categorias analíticas proporciona o desenvolvimento do pensamento espacial, o qual propicia a análise da dinâmica socioespacial em diferentes escalas geográficas.

HISTÓRIA

O ensino de História, assim como qualquer outro campo do conhecimento humano, não deve ser compreendido como algo estático, imutável e afastado da experiência humana. Existe uma pluralidade de concepções, métodos e objetivos que variam de acordo com o tempo, com o lugar e com os sujeitos. Nossa compreensão sobre o ensino de História tem como ponto central o desenvolvimento do pensamento histórico, ou seja, a construção da noção dos processos de mudança e permanência que se relacionam com questões contemporâneas. Os desafios cotidianos que enfrentamos devem servir como referência na escolha do que deve ou não ser trabalhado em sala.

Não podemos planejar de costas para a realidade local, regional, nacional e global. Portanto, consideramos que, dentre as habilidades inerentes ao pensamento histórico, a capacidade de avaliar as diferentes fontes de informação, assim como o seu processo de produção, tem adquirido uma maior relevância. A Era da Pós-Verdade, caracterizada pela crise do papel da informação, demanda um olhar mais atencioso na nossa relação com a produção, divulgação e consumo de informações.

A construção das narrativas acerca dos fatos se dá através das relações entre eventos, lugares e pessoas no tempo e no espaço. Nesse sentido, compreendemos que a produção dos conhecimentos histórico e do desenvolvimento da consciência histórica se dá através da relação entre os

sujeitos e os objetos dos conhecimentos e que essa interação é mediada através de conceitos. Podemos interpretar os conceitos como ferramentas que nos ajudam a construir certa compreensão sobre a realidade. Existe uma diversidade de conceitos úteis ao ensino de História e, dentre eles, elegemos quatro: identidade, cidadania, cultura e tempo, os quais consideramos princípios fundamentais para os processos de ensino e aprendizagem da História.

ENSINO RELIGIOSO

O Ensino religioso (ER) é um componente curricular presente na BNCC essencial e determinante na formação do ser humano. Todos os componentes curriculares são importantes, mas o ER contém o elemento religioso que alicerça a vida humana. Segundo Coll (2002), a sociedade é resultado, não só do logos (racionalidade), mas sobretudo das dimensões mítico-simbólica e do mistério. A primeira corresponde a um nível de realidade da razão lógica, reflexiva e conceitual. Já o mistério se relaciona ao que não pode ser pensado e nem dito, mas que igualmente real, tal qual percebemos pela razão. Assim, toda cultura veicula uma concepção de humano, do divino e do cósmico. (POZZER et al, 2015)

A temática do Ensino Religioso Não Confessional nas redes públicas de ensino como direito do educando e como obrigatoriedade de oferta por parte do Estado e do município está intrinsecamente ligada aos princípios democráticos e da paz, aos direitos civis e políticos de cada cidadão, bem como dos Direitos Humanos. O Brasil confirma em sua Carta Magna Art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) ressaltam a construção de culturas de paz, respeito ao outro e as relações socioambientais, o direito à vida do/no Planeta, a eliminação das diversas formas de preconceitos e intolerâncias, a educação intercultural, os direitos humanos e à aprendizagem, laicidade do Estado, diversidade e liberdade religiosa, pessoas sem religião e outras temáticas que integram o currículo da escola na atualidade. Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, aqui na Paraíba e em diferentes regiões do país, foram elaboradas propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.

O Ensino Religioso está formatado na BNCC em três unidades temáticas: Identidades e Alteridades, Manifestações religiosas Crenças religiosas e filosofias de vida.

1. Na unidade **Identidades e Alteridades** possibilita a distinção entre o "eu" e o "outro", "nós" e "eles", cujas relações dialógicas são mediadas por referenciais simbólicos representações, saberes, crenças, convicções, valores a serem abordados especialmente nos anos iniciais, do Ensino Fundamental. Nessa unidade, pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu(subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência.
2. Na unidade **Manifestações religiosas**, pretende-se proporcionar o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais, envolvendo símbolos, ritos, espaços, territórios sagrados e lideranças.
3. Na unidade **Crenças Religiosas e Filosofias de Vidas** são trata dos aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre os mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.

No caso do Ensino Religioso, é importante que toda a comunidade escolar tome conhecimento sobre como deve ocorrer processo avaliativo.

> O Artigo 33 da LDB nº. 9394/1996, alterado pela Lei de nº. 9475/1997 (Lei do Ensino Religioso) assegura que: Art. 33- O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Neste caso, a lei estabelece ser tal ensino "[...] obrigatório para a escola e facultativo para o aluno." Logo, no processo de avaliação os(as) estudantes são avaliados. Quando tratamos sobre o ensino e aprendizagem do Ensino Religioso, é essencial observar como é realizada a avaliação.

Os desdobramentos necessários a cada conteúdo que estejam além deste documento deverão ser considerados no Projeto Político Pedagógico de cada escola, considerando suas especificidades, bem como no Plano de Curso da disciplina proposto pelo professor.

BASE NACIONAL COMUM E A PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO

É indispensável que a escola se reúna para discutir a concepção atual do currículo, expressa tanto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os diferentes níveis de ensino e

também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular, contempla dois eixos:

1. Uma Base Nacional Comum Curricular, com a qual se garante uma unidade nacional, para que todos os alunos possam ter acesso aos conhecimentos mínimos necessários ao exercício da vida cidadã. A Base Nacional Comum é, portanto, uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais e está sendo definida pela União, com a colaboração de educadores e especialistas de todo país.

2. Uma Parte Diversificada do currículo, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares, identificados na realidade regional e local, que devem ser escolhidos em cada sistema ou rede de ensino e em cada escola. Assim, a escola tem autonomia para incluir temas do interesse da sua comunidade. Por meio da construção da proposta pedagógica da escola que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada se integram, a composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e a tecnologia, cultura e as linguagens) com as áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa).

A Base comum deve ser contemplada em sua totalidade nos currículos estaduais, municipais e das instituições de ensino. A parte diversificada, por sua vez, pode corresponder a até 40% dos currículos locais. Dentro desta margem, cabe aos profissionais da educação a definição dos conteúdos que são relevantes para a realidade em que estão inseridos

ÁREAS E COMPONENTE CURRICULARES

AREAS	**COMPONENTES CURRICULARES**	**CONTEÚDOS**
LINGUAGENS	**LINGUA PORTUGUESA**	Uso da linguagem Coloquial Letramento digital; Leitura e Escrita, através de projetos
	ARTE	Cultura Regional/local: Crôche... Costuras... Artesanato com sucata
	EDUCAÇÃO FISICA	Atividade Física, exercício Físico e saúde. Xadrez; Futsal.
MATEMÁTICA		Projeto envolvendo

		Trabalho e Educação Financeira.
CIÊNCIAS DA NATUREZA	**CIÊNCIAS**	Consumo e consumismo Uso adequado da água por parte dos munícipes. Fenômenos naturais/vento Orientação sexual Lixo e coleta seletiva
CIENCIAS HUMANAS	**HISTÓRIA**	Festas Tradicionais como João Pedro Emancipação política do município A origem da fundação da escola
	GEOGRAFIA	O município: suas Características
ENSINO RELIGIOSO	**ENSINO RELIGIOSO**	Festa da Padroeira e os Padroeiros das comunidades Rurais Festas Evangélicas.

18. PROGRAMAS QUE DÃO SUPORTE À EDUCAÇÃO BÁSICA

18.1. PDDE – Programa dinheiro direto na escola.

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.
O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

A **Resolução nº 6, de 20 de abril de 2021**, dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via **Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE**, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do **Programa Tempo de Aprender**.

18.2. Programa Tempo de Aprender

A Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 20 de abril de 2021, dispõe sobre a implementação das medidas necessárias à operacionalização das ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, no âmbito do Programa Tempo de Aprender.

Os recursos, na categoria econômica de custeio, serão transferidos com o fito de garantir o apoio adicional ao ressarcimento de despesas do assistente de alfabetização, e para assegurar a aquisição de materiais pedagógicos utilizados em sala de aula.

Os recursos transferidos deverão ser empregados:

I – no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização;

II – na aquisição de material de consumo, como apontador, borracha, cola em bastão, giz de cera, lápis de cor, tesoura, caderno, caixas de modelagem de boa qualidade, lápis, kit de letras, kit de números, jogos educativos de preparação para alfabetização ou para a alfabetização, cartões de imagens, entre outros; e

III – na contratação de serviços necessários às atividades complementares com foco na alfabetização, como o acompanhamento individualizado de alunos com dificuldade na aprendizagem, a adoção de estratégias ou atividades específicas para a consolidação ou aplicação dos conteúdos da alfabetização, a verificação ou avaliação individual de habilidades, entre outros.

As atividades desempenhadas pelo assistente de alfabetização serão consideradas de natureza voluntária, na forma definida na Lei nº 9.608, de 1998, sendo obrigatória a celebração do Termo de Adesão e Compromisso do Voluntário. Os professores alfabetizadores e os assistentes de alfabetização selecionados deverão realizar o Curso Online de Práticas de Alfabetização do Programa Tempo de Aprender, a fim de garantir apoio e suporte pedagógico orientador e formativo para as escolas desenvolverem, com êxito, o processo de alfabetização.

Os recursos financeiros do Programa Tempo de Aprender para cobertura de despesas de custeio serão liberados em favor das UEx que representam as unidades escolares indicadas pelas secretarias municipais, estaduais e distrital de educação, dentre aquelas que possuam ao menos uma turma com, no mínimo, dez matrículas no 1º ano e/ou 2º ano do ensino fundamental, e que tenham sido validadas pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação — SEALF/MEC.

Os quantitativos de alunos a serem considerados serão extraídos do censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira – Inep, no ano anterior ao do repasse.

As secretarias de educação que tenham interesse na adesão de escolas integrantes de suas redes de ensino deverão manifestar-se em duas etapas:

I – por meio do módulo de sistema específico do MEC, a ser divulgado pelos canais oficiais deste Ministério, com a indicação das unidades escolares de sua rede que deverão receber os recursos no mínimo uma semana após a data de sua publicação, e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil; e

II – adesão, por meio do módulo de sistema específico do MEC, das unidades escolares indicadas na primeira etapa, no mínimo uma semana após a data de sua publicação, e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

Cada secretaria deverá indicar, no ato da adesão, um servidor responsável por acompanhar o recebimento e a aplicação do recurso, bem como por monitorar sua execução.

Na segunda etapa da adesão, as unidades escolares indicadas na primeira etapa deverão preencher e enviar à SEALF/MEC, por meio do módulo de sistema específico do MEC, o Plano de Atendimento, procedimento que constitui condição necessária para o repasse de recursos às respectivas UEx.

A SEALF/MEC encaminhará ao FNDE a relação nominal das unidades escolares participantes do Programa Tempo de Aprender, com a indicação dos valores a serem destinados às UEx.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE é responsável por efetuar os repasses das Ações Integradas às Unidades Executoras – UEx representantes das escolas beneficiárias, conforme as listas submetidas pelas Secretarias do MEC, após a validação das escolas.

O FNDE também é responsável por providenciar, junto aos bancos parceiros, a abertura das contas destinadas à movimentação dos recursos repassados para a execução dos Programas; manter dados e informações cadastrais das UEx; proceder ao monitoramento da execução financeira dos recursos repassados; e, recepcionar e manter dados de prestação de contas dessas entidades.

A Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 20 de abril de 2021, entrou em vigor em 3 de maio de 2021.

18.3. PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de

educação alimentar e nutricional. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

18.4. PNATE – Programa Nacional de Assistência ao Transporte de Estudantes.

O Ministério da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que visam atender alunos moradores da zona rural.

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano –, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais. O programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básicas públicas residentes em área rural. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

18.5. Integra Educação PB – Regime de coloboração

O Integra Educação Paraíba é um Regime de Colaboração em educação que foi instituído como uma política pública permanente por intermédio da Lei nº 12.026/2021, de 12 de abril de 2021 buscando ampliar a melhoria dos indicadores educacionais das redes públicas, de modo especial as redes municipais de ensino que nunca tiveram em sua história um Regime de Colaboração nesta proporção.

Neste sentido o objetivo maior do Regime é alicersar o processo de Alfabetização e os Letramentos Matemático e Científico na idade certa, assim como corrigir o déficit de aprendizagem nos anos finais (5º ao 9º) do Ensino Fundamental.

O Regime transita de forma linear com os princípios norteadores da Base Nnacional Comum Curricular (BNCC), em todos os aspectos e principalmente no tocante a equidade no processo de aquisição dos saberes necessários. Além de caminhar com propósitos educacionais bem sistemátizados, o Regime de Colaboração disponibiliza um acompanhamento formativo continuado para professores, coordenadores e gestores que vem contribuindo para o fortaleciemnto da gestão democrática no espaço escolar, como também tem como lema o Protagonismo do aluno como fator transformador das realidades onde os mesmos estão inseridos.

18.6. Programa de Inovação Educação Conectada-PIEC

O Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação tem o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade, por via terrestre e satélite, e fomentar o uso de tecnologia digital na Educação Básica.

Para isso, o Programa foi elaborado com quatro dimensões:

- → Visão: A dimensão de visão é orientadora do programa e deve estimular o planejamento da inovação e da tecnologia como elementos transformadores da educação nos estados e municípios. Para isso, se baseia em quatro valores: qualidade, equidade, melhoria de gestão e contemporaneidade;
- → Formação: Nesta ação o MEC disponibiliza materiais e oferta formação continuada a professores, gestores e articuladores. A estratégia vai cobrir três frentes: formação inicial, formação continuada e formação para articulação;
- → Recursos educacionais digitais: Por esta dimensão o MEC disponibiliza acesso a recursos educacionais digitais e incentiva a aquisição e a socialização de recursos entre as redes de ensino;

→ Infraestrutura: Na dimensão de infraestrutura estão previstos investimentos em ações que asseguram condições para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas. Essas ações são disponibilizadas pelo MEC por meio de apoio técnico e financeiro para apoiar a ampliação do acesso ao serviço de conectividade, a implantação de infraestrutura para distribuição do sinal de internet e a aquisição de dispositivos eletrônicos.

Essas quatro dimensões se complementam e devem estar em equilíbrio, para que o uso de tecnologia digital tenha efeito positivo na educação.

A realidade brasileira é um desafio para as metas do programa que pretende capacitar profissionais, oferecer conteúdo digital às escolas, investir em equipamentos físicos para a conexão e apoiar técnica e financeiramente escolas e redes de ensino.

19. AÇÕES DE APOIO AOS DISCENTES

19.1. LIVRO DIDÁTICO

O FNDE faz, por meio dos Correios, a entrega do livro diretamente nas escolas, cabendo à SEC organizar e proceder ao remanejamento da reserva técnica, nos casos de complementação.

19.2. FARDAMENTO

Disponibilizado pela SEC, após o processo de licitação e confecção.

19.3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar garante a alimentação dos educandos da Educação Infantil (creches e pré-escola e do ensino fundamental). Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos educandos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

19.4. TRANSPORTE ESCOLAR

Serviço em parceria com o Governo Federal, destinado ao transporte diário dos educandos da rede pública de Ensino Fundamental residentes na área rural.

19.5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Com a aprovação da Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que devem ser observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições, desde o ensino básico até o ensino superior.

Salvaguardando o princípio de respeito à dignidade das crianças e adolescentes, a SEC orienta incluir os conteúdos relativos aos seus direitos em todos os currículos escolares, conforme disciplina a Lei nº 11.525/07. Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e ao adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. Acrescentado no § 9º, ao art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 6º ao Art. 32, o estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Lei nº 9.394/1996, p 23).

20. O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

É um indicador de qualidade educacional que leva em consideração dois fatores: Rendimento Escolar (aprovação, reprovação e abandono) e o Desempenho nas Avaliações Oficiais: Prova Brasil e SAEB.

VOCÊ CONHECE O IDEB DA SUA ESCOLA?

O INEP elaborou e divulgou o IDEB do Brasil, dos Estados, dos Municípios e das escolas, referente ao ano de 2007, bem como projeções para os anos de 2009,
2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021.

ONDE OBTER O IDEB DA SUA ESCOLA?

Site: www.inep.gov.br
SEEC através da Gerência de Avaliação
(Fone: 83 3218-4054).

21. AVALIAÇÕES OFICIAIS

A **Prova Brasil** afere os conhecimentos dos educandos do 5° e 9° anos em Língua Portuguesa e Matemática, a cada biênio. O **SAEB** avalia, por

amostragem, os conhecimentos dos educandos do 5° e 9° anos do Ensino Fundamental.
Avaliação de Fluência Leitora
Avaliação Somativa

22. OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA: ESCREVENDO O FUTURO

Programa de formação continuada de produção textual com utilização de metodologia específica com sequências didáticas.

Público Alvo: professores e educandos da Educação Básica, Ensino Fundamental de 5°, 6°, 8° e 9° anos.

23. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Diante de algumas necessidades surgidas em nosso ambiente escolar a escola sentiu a necessidades de elaborar o Projeto Político Pedagógico, para esclarecer as funções e finalidades da escola buscar seus princípios, valores e políticas.

A execução do mesmo deve contar com a participação de toda a comunidade, a equipe gestora, incluindo a participação efetiva de um coordenador pedagógico, enquanto mobilizador, organizando as ideias de toda equipe envolvida. O importante é que haja a participação dos representantes da comunidade como um todo, possibilitando aos mesmos estar periodicamente discutindo os rumos que o (PPP) e plano da escola vão tomando.

Portanto, a equipe fez o levantamento do material necessário, para que a realização do projeto acontecesse, sendo distribuído para cada membro funções específicas para estudo, reflexão e produção, até porque não se elabora nenhum projeto amplo sozinho, é imprescindível o empenho e a dedicação de todos os envolvidos. Mediante aos estudos e reflexões, elaboramos o projeto baseado na realidade da escola e de toda comunidade escolar levando em consideração toda necessidade existente e respeitando cada particularidade.

24. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério da Educação, secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: 2007.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – **Inclusão**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. v.1, n.1, 2005.

ARNS, Flávio. **Acessibilidade.** Decreto n° 5.296/2004 – Lei n° 10.048/2000 – Lei n°10.098/2000. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional:** lei nº 9.394/1996. Brasília: Secretaria Especial de Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Ensino fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / org. Jeanete Beauchampetall. Brasília: 2007.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**. 2A ed. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições**.** -7. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

Mãe D'Água-PB. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação-2015-2025.**

Proposta Curricular do Estado da Paraíba. Paraíba, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_pb.pdf. Acessado em 03 de junho de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 3ª versão. 2017. Disponível em: http://www.portugueselegal.com.br/wp-content/uploads/2017/07/bncc-versao3.pdf. Acessado em 03 de junho de 2021.

https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/conta-pdde-qualidade-1/programa-tempo-de-aprender

http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender